

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 8, N. 1, jan./jun. 2009



Fas. 75707 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.8 n.1
jan./jun. 2009 ex.2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 8, n. 1

jan./jun. 2009

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	5	Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto INTERPARES 3: alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil <i>Claudia Lacombe Rocha</i>
	21	Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística <i>Isabel Cristina Borges de Oliveira</i>
	44	Os desafios da formação do arquivista no Brasil <i>Renato Tarciso Barbosa de Sousa</i>
	59	Imagens e documentos fotográficos em arquivos <i>André Porto Ancona Lopez</i>

Arq. & Adm. Rio de Janeiro v. 8 n. 1 p. 1-72 jan./jun. 2009

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Revisão técnica: Dilza Ramos Bastos

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catologação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) - 1A

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

leg. 75708
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Heloísa Esser dos Reis
Vice-presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
1º Secretário: Maria Celina Soares de Mello e Silva
2º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira
1º Tesoureiro: Iram Araújo da Silva
2º Tesoureiro: Pedro Ferreira de Moura Filho

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso
José Maria Jardim
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Maria Odila Fonseca (*In memoriam*)
Paulo Elian
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

A Revista *Arquivo & Administração* é a publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, cujo primeiro número foi lançado em 1972, e desde então vêm cumprindo seu objetivo de difundir a produção de conhecimento em Arquivologia no cenário brasileiro e em outros países.

O primeiro número de 2009 apresenta artigos com temáticas da maior relevância e em pauta na comunidade arquivística nacional e internacional. O primeiro artigo, **Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto INTERPARES 3: alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil**, de autoria de Claudia Lacombe Rocha, diretora do TEAM Brasil do Projeto InterPARES aponta questões sobre o trabalho de tradução em desenvolvimento pela equipe brasileira, a partir do Glossário de termos produzido no âmbito do Projeto.

O artigo seguinte, **Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística**, de autoria de Isabel Cristina Borges de Oliveira, mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais insere a indexação na discussão do acesso aos acervos arquivísticos com propriedade, e indicando as relações do processo de indexação com os princípios arquivísticos e a fundamentação teórica da área.

Nesse número temos a honra de contar com a participação de dois professores do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília: Renato Tarciso Barbosa de Sousa e André Porto Ancona Lopez. O primeiro retoma conferência realizada no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 2008, na cidade de Goiânia. O professor Renato Tarciso atualiza e amplia a reflexão apresentada no Congresso, e destaca no artigo **Os desafios da formação do arquivista no Brasil**, o impacto da pesquisa na formação do profissional e aos problemas enfrentados pelos arquivistas nas organizações contemporâneas. Já o professor André Ancona, em seu artigo **Imagens e documentos fotográficos em arquivos** aborda a problemática da divulgação das imagens e ressalta sua relação com a questão da organicidade arquivística.

Lembramos que o conteúdo dos artigos é de total responsabilidade dos autores.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

OS DESAFIOS PARA DESENVOLVER UM GLOSSÁRIO COMUM PARA DIFERENTES PAÍSES E LÍNGUAS NO ÂMBITO DO PROJETO INTERPARES 3

Alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil¹

Claudia Lacombe Rocha

Diretora do TEAM Brasil do Projeto InterPARES

Arquivo Nacional, Brasil

RESUMO

O projeto InterPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems) é uma ação internacional de pesquisa colaborativa, composta por numerosas equipes em âmbito regional, nacional, multinacional, que se caracterizam também pelo seu aspecto multidisciplinar. Neste contexto tão diversificado, a precisão e a consistência da terminologia, adotada no curso da pesquisa, é vital para o sucesso do Projeto. Assim, está se desenvolvendo uma Base de Dados de Terminologia, cujo objetivo principal é facilitar a comunicação e a pesquisa entre investigadores em diferentes contextos administrativos, disciplinares e culturais, por meio da definição dos termos e dos relacionamentos entre estes. A Base de Dados de Terminologia é composta de dois componentes principais: Glossário e Dicionário. Os pesquisadores do InterPARES 3 estão enfrentando muitos desafios para traduzir os termos em inglês do Glossário para as línguas de cada equipe de pesquisa. Este artigo examina algumas das questões e desafios decisivos que cercam o trabalho de tradução, ilustrado com alguns casos tratados pelos pesquisadores do TEAM Brasil.

Palavras-chave: Terminologia arquivística; Tradução; Glossário de terminologia arquivística; Projeto InterPARES.

The challenges of developing a common glossary across different countries and languages in InterPARES 3: some examples from Team Brazil experience.

¹ Este artigo registra as atividades do Grupo de Trabalho de Terminologia do TEAM Brasil, o qual compreende os seguintes membros: Rosely Rondinelli, Vanderlei dos Santos, Claudia Lacombe Rocha, José Márcio Rangel, Margareth da Silva, Brenda Rocco, Carlos Ditadi. Este artigo foi apresentado originalmente em inglês no Simpósio Internacional do Projeto InterPARES 3, realizado em Seul, em 3 de junho de 2009 e traduzido para o português por Margareth da Silva.

Abstract

The InterPARES 3 Project (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems) is an international collaborative research endeavor composed of numerous regional, national, multinational and multidisciplinary research teams. In such a varied context, the precision and consistency of the terminology used in the course of the research is vital to the success of the Project. Accordingly, the Project is developing a multilingual Terminology Database, the primary purpose of which is to facilitate communication and research among researchers in different administrative and disciplinary contexts and across cultural boundaries by defining terms and relationships among terms used in the research. The Terminology Database is composed of two main components: the Glossary and the Dictionary. InterPARES 3 researchers are facing many challenges with the Glossary translations to the languages of each research team. This paper examines some of the key issues and challenges surrounding the Project's Glossary translation effort, illustrated by some cases dealt with by TEAM Brazil researchers.

Keywords: *Archival Terminology; Translation; Glossary of Archival Terminology; InterPARES Project.*

1 Introdução

O Projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) é uma iniciativa de pesquisa colaborativa em âmbito internacional, que objetiva o desenvolvimento de conhecimento essencial para a preservação de documentos arquivísticos autênticos, produzidos e mantidos em formato digital. O Projeto envolve pesquisadores de muitos países e disciplinas e, neste contexto diversificado, a precisão e a consistência da terminologia utilizada, no decorrer da pesquisa, é vital para o sucesso do Projeto. Assim, os pesquisadores do Projeto InterPARES 2 desenvolveram uma base de dados de terminologia composta de dois instrumentos principais: um Glossário e um Dicionário.

O Glossário compreende uma lista de termos e definições que é crucial para a compreensão da produção, manutenção e preservação de documentos arquivísticos e apresenta definições definitivas para os termos tais como são utilizados no Projeto e nos documentos publicados. Assim, os termos do Glossário com suas definições são a chave para a comunicação dos resultados do Projeto.

Alguns termos podem ter múltiplas definições, correspondendo a diferentes disciplinas ou contextos culturais e administrativos e, sendo assim, é importante registrar

esta pluralidade de significados em um outro instrumento. Então, o Dicionário contém outras definições para os termos do Glossário, nos casos onde aqueles são usados de forma diferente; a partir do ponto de vista da Arquivologia, Ciência da Computação, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Artes e outras disciplinas.

O Projeto InterPARES 3 está desenvolvendo uma Base de Dados de Terminologia multilíngüe. Os pesquisadores estão traduzindo os termos e suas respectivas definições existentes no Glossário para os idiomas de cada TEAM. O objetivo inicial deste trabalho é facilitar a comunicação entre pesquisadores, levando em consideração as fronteiras e as diferenças culturais. Esta é uma importante tarefa, pois para disseminar a teoria, a metodologia e os resultados do InterPARES são necessários usar uma "linguagem comum" e um significado preciso para conceitos básicos, especialmente quando envolve diferentes países e diferentes línguas.

Traduzir o Glossário do InterPARES tem sido um grande desafio. Em muitos casos, um termo não pode ser traduzido literalmente, porque a palavra pode ter um significado diferente daquele utilizado na prática arquivística de um país específico. Em outros casos, não existe termo correspondente utilizado no país, por causa de diferenças nas práticas arquivísticas. Portanto, não é suficiente simplesmente traduzir o termo, o qual deve ser definido e explicado na língua técnica de cada país.

Muitos termos são somente compreensíveis em uma outra língua após análise dos contextos profissional, cultural, legal, histórico e administrativo em que cada um está referido. Um dicionário não é suficiente para traduzir um termo, pois para o seu entendimento é necessário compreender o arcabouço intelectual onde ele foi adotado.

Em 1984, quando o Conselho Internacional de Arquivos apresentou a primeira versão do Dicionário de Terminologia (DAT), com definições dos termos arquivísticos em inglês e francês, além da tradução para cinco outras línguas (Alemão, Espanhol, Italiano, Holandês e Russo), Michel Duchein destacou algumas dificuldades e armadilhas que são comumente enfrentadas, quando se faz este tipo de tradução. Em seu artigo "Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia internacional", Duchein afirma que: "Essas dificuldades provêm de três fontes: primeiro, a imprecisão muito freqüente de definições e de usos nacionais; em seguida, as divergências crescentes de vocabulário no interior de uma mesma língua, entre países homófonos; enfim, o fato da arquivologia ser extremamente ligada aos sistemas jurídicos governamentais de cada país e que, por

consequência, seu vocabulário reflete todo um conjunto de conceitos que, por definição, dificilmente são transportáveis de um país ao outro”².

Os pesquisadores do TEAM Brasil, ao traduzir o Glossário do InterPARES, enfrentaram essas dificuldades e armadilhas destacadas por Duchein, além de algumas outras. Dois grupos de termos já foram traduzidos por todos os TEAMS, totalizando 112 verbetes. Serão apresentados alguns exemplos para ilustrar os problemas enfrentados pelo TEAM Brasil na tradução desses termos.

2 Documento Arquivístico: uma armadilha clássica

No Dicionário do InterPARES 2, existem quatorze diferentes definições para o termo *record* como usado em várias disciplinas. Alguns deles são bastante diferentes daquele adotado pelo Projeto, que o definiu como “Um documento elaborado ou recebido no curso de uma atividade prática como um instrumento ou um subproduto de tal atividade, e mantido para ação ou referência”³.

Um *record* não é qualquer documento, mas somente aquele produzido por pessoa física ou jurídica, que participa em uma ação e que é mantido. Isto significa que um *record* é produzido para apoiar ou para registrar a ação e portanto é um subproduto natural da ação. Traduzir o termo *record* para as línguas latinas não foi fácil à princípio. Tradicionalmente, no Brasil, a tradução adotada para *record* pelos arquivistas é **Documento arquivístico** ou **Documento de arquivo**, o qual qualifica o documento como um documento arquivístico ou um documento que pertence a um Arquivo. Um termo similar é usado em francês (*Document d'archives*)⁴, espanhol (*Documento de archivo*) e italiano (*documento archivistico*)⁵. Assim, de acordo com a definição do Glossário, o termo *record* foi traduzido como **documento arquivístico**.

² DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo*: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01/02, p. 15, 2007.

³ INTERPARES 2 Project: terminology database. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm.

⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **DAT III** [Dictionary of Archival Terminology]: english list (draft). Compiled by the Group on Terminology of the ICA. Disponível em: <http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/datiil/engterm.html>.

⁵ INTERPARES 3 Project: glossary. Disponível em: http://www.interpares.org/rws/rws_terminology.cfm?status=wglossary (área de acesso restrita aos pesquisadores do InterPARES).

A tradução de *record* para **documento arquivístico** foi recentemente adotada no Brasil, e é importante observar que os resultados do Projeto InterPARES contribuíram decisivamente para esta mudança. Até então, era mais comum referir-se a esses termos simplesmente como documentos, não fazendo distinção entre **documentos** e **documentos arquivísticos**. No Brasil, existem dois importantes dicionários publicados por instituições da área de arquivos: “Dicionário de Terminologia Arquivística”, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1996⁶, e o “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”, publicado pelo Arquivo Nacional em 2005⁷. No primeiro, o termo **documento arquivístico** é apresentado como equivalente do termo **arquivos**, enquanto a segunda publicação ignora o termo, incluindo apenas **documento**. Somente quando a norma a respeito de descrição arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, ISAD (G) foi traduzida no Brasil em 2001 e a norma sobre registro de autoridade arquivística ISAAR (CPF) em 2004, o termo **Documento de arquivo** foi apresentado nos glossários dessas normas como equivalente a *record*⁸.

Também é importante observar que o termo **documento arquivístico** é utilizado no Brasil para designar o documento em qualquer das suas fases (corrente, intermediária e permanente), enquanto os americanos frequentemente usam o termo *record* somente para documentos correntes e em fase intermediária, e reservam o termo *archives* ou *archival documents* para documentos não correntes, que são preservados pelo seu valor secundário ou de guarda permanente. Esta divergência reflete as diferenças das práticas arquivísticas nesses países. Nos Estados Unidos, duas diferentes profissões foram constituídas: *records management* (gestor de documentos), que trata dos documentos arquivísticos no ambiente do criador e o *archives management* (arquivista, gestor ou administrador de arquivos), que é responsável pela administração e preservação dos arquivos (documentos com valor histórico ou permanente). Cada uma está organizada independentemente, tem processos de certificação específicos e associações profissionais

⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

⁸ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 4; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p.14. Essas normas do Conselho Internacional de Arquivos foram traduzidas por um grupo de trabalho do Arquivo Nacional e publicadas.

específicas para tratar *records*, como a *American Record Manager Association (ARMA)* ou *archives*, como a *Society of American Archivist (SAA)*. De forma diferente, no Brasil, e em outros países, são os *arquivistas* os profissionais que tratam dos documentos ao longo de todo o ciclo de vida, desde a sua produção nas instituições produtoras até a sua custódia nas instituições de preservação.

Para os arquivistas, a compreensão e a tradução dos termos *records* e *archives* não são mais questionadas, mas ainda apresentam alguns problemas, quando envolvem outros profissionais.

A tradução da palavra *record*, da forma como é freqüentemente utilizada em português, seria **registro** ou **gravação**, e, inclusive é importante ressaltar que, os termos **registro** ou **gravação** estão relacionados a outras definições do termo *record* presentes no Dicionário do InterPARES 2. Ambos têm diferentes significados daqueles usados em Arquivologia e dizem respeito a outros campos do conhecimento, e portanto não foram adotados no Glossário do InterPARES. Alguns exemplos são:

n., In data processing, a grouping of interrelated data elements forming the basic unit of a file.

s., Em processamento de dados, um grupo de elementos de dados interrelacionados formando uma unidade básica de um **arquivo**.

n., Any electronic, photographic or mechanical recording of music, singing, dialogue, sound effects or visual events, including CDs, DVDs, audio tapes, films, videos and the like.

s., Qualquer **gravação** mecânica, fotográfica ou eletrônica de música, canto, diálogo, efeitos sonoros ou eventos visuais, incluindo CDs, DVDs, fitas de áudio, filmes, vídeos e similares.

n., An ordered set of fields, usually stored contiguously. The term is used with similar meaning in several different contexts. In a file, a "record" probably has some fixed length, in contrast to a "line" which may have any length and is terminated by some End Of Line sequence. A database record is also called a "row". In a spreadsheet it is always called a "row". Some programming languages use the term to mean a type composed of fields of several other types (C calls this a "struct").

s., um conjunto ordenado de campos, freqüentemente armazenados de forma próxima. O termo é utilizado com significado similar em diferentes contextos. Em um **arquivo**, um **documento arquivístico** provavelmente tem alguma extensão fixa, diferentemente de uma "linha" que pode ter alguma extensão e é finalizada por uma seqüência Final de Linha. Um **registro de uma base de dados** é também chamado de "linha". Em uma planilha é também chamada de "linha". Algumas linguagens de programas usam o termo para significar um tipo composto de campos de diversos outros tipos (C chama isto um "struct").

Para todos esses significados de *record* o termo correspondente em português seria **registro** ou **gravação**. Este fato causa considerável confusão, quando as pessoas de outras áreas traduzem um artigo ou uma apresentação em um evento a respeito de arquivos. Ao invés de traduzir *record* como **documento arquivístico**, traduz-se comumente como **registro**. Isto acontece muito freqüentemente quando pessoas de outras áreas relacionadas aos arquivos, tais como profissionais de Tecnologia da Informação, falam a respeito de "gestão de documentos arquivísticos digitais" ou "Preservação digital".

Um problema similar ocorre com o uso do termo *record* em inglês; apesar de não existir um problema de tradução neste caso, profissionais de outras áreas de conhecimento compreendem e usam o termo de forma diferente. Como sugerido pelas diferentes definições que aparecem no dicionário do InterPARES 2 para o termo, existem diferentes entendimentos do termo *record* em várias disciplinas. Eric Ketelaar destaca este aspecto, quando ele indaga sobre a comunicação entre diferentes profissionais neste aspecto específico: "Como nós podemos comunicar, por exemplo, com profissionais da Tecnologia da Informação, bibliotecários e museólogos, que compreendem o termo *record* de maneira diferente?"⁹

Documentos arquivísticos digitais necessitam do envolvimento de muitos atores de diferentes campos, sendo necessário um vocabulário que seja claro e preciso para uso de todos. Apesar da tradução correta ser bem conhecida pelos arquivistas, não o é para outros profissionais. É vital disseminar a tradução correta de *record* no campo arquivístico (e mesmo a compreensão do termo *record* em inglês no campo da

⁹ KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival science. *Archivaria*, v. 44, p. 142, 1997.

Arquivologia) uma vez que é um conceito básico para nosso trabalho. Nós, arquivistas, lidamos com **documentos arquivísticos** e não apenas com **registros**.

3 Gestão de documentos e *recordkeeping*

As dificuldades enfrentadas na tradução do termo *recordkeeping* estão relacionadas às diferenças nas tradições e práticas em diferentes países, e conseqüentemente um termo usado em um país pode não ter um correspondente em um outro país.

Conforme definido no Glossário do InterPARES 3, *recordkeeping* é “a função de capturar, armazenar e manter documentos arquivísticos e informação sobre eles, e o conjunto de regras que governam tal função”. Além disso, no Modelo Cadeia de Preservação do Projeto InterPARES 2 a função de *recordkeeping* é bem representada como parte da função de gestão de documentos, a qual inclui a elaboração e a manutenção de documentos arquivísticos.¹⁰ Depois de produzido, o documento é transferido de um sistema de elaboração de documentos arquivísticos para um sistema de *recordkeeping*, o qual é responsável pela manutenção da autenticidade do documento arquivístico”.

O obstáculo apresentado pelo termo *recordkeeping* diz respeito a encontrar um termo em português que o traduza corretamente e a raiz do problema reside nas diferenças entre as práticas de gestão de documentos em diferentes países.

De acordo com Joaquim Llansó I Sanjuan, os Estados Unidos da América foi o primeiro país a elaborar, ainda na década de 1940, o conceito de um Sistema de Gestão de Documentos, o qual foi seguido por outros “modelos” nacionais de gestão de documentos, relacionados ao contexto de cada país onde foi adotado. A abordagem americana para gestão de documentos foi mais influenciada por uma motivação econômica e administrativa, enquanto na Europa o problema foi tratado especialmente a partir do ponto de vista do interesse histórico dos documentos. O modelo americano foi principalmente um método para otimizar a performance da

¹⁰ Cf. EASTWOOD, Terry; HOFMAN, Hans; PRESTON, Randy. Part five: modeling digital records creation, maintenance and preservation: modeling cross-domain task force report. In: DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy (Ed.). *InterPARES 2 Project: experiential, interactive and dynamic records*. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008. p.2-46. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_book_part_5_modeling_task_force.pdf.

administração e para limitar a quantidade de documentos produzidos e o prazo que estes deveriam ser mantidos.¹¹

Não obstante as diferenças de conceitos e práticas existentes em muitos países com relação ao conceito americano de gestão de documentos, o desenvolvimento de uma administração sistemática dos documentos arquivísticos entre sua produção e destinação ficou conhecida pela designação genérica de **gestão de documentos**. Devido a essas diferenças, a princípio, arquivistas tiveram alguma dificuldade em traduzir *records management*, mas agora existe uma aceitação bastante ampla à respeito da adoção do termo “**Gestão de Documentos**” em português, “*Gestion de Documents*” em francês e “*Gestión de documentos*” em espanhol, relacionado a esta definição genérica do termo *records management*.

No Brasil, o conceito de gestão de documentos foi disseminado na década de 1970, após a tradução do livro de Theodore Schellenberg, “Arquivos Modernos”.¹² Além disso, as práticas de gestão de documentos desenvolvidas por Marilena Leite Paes, na Fundação Getúlio Vargas, foram as primeiras iniciativas importantes neste campo assumidas por uma organização no Brasil, bem como a publicação, em 1986, do livro de sua autoria, “Arquivo: Teoria e Prática”,¹³ importante marco desta área no Brasil.

Em 1975, o Arquivo Nacional do Brasil criou na sua estrutura organizacional uma unidade de Pré-Arquivo, sendo a primeira iniciativa para o tratamento de documentos em fase intermediária produzidos pelos órgãos da administração pública. No entanto, somente na década de 1980, foram dados os primeiros passos para implementar um programa de gestão de documentos na administração do governo federal. A partir da década de 1990, especialmente a partir da Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, o Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos desenvolveram diretrizes e instrumentos para orientar os procedimentos de gestão de documentos na administração pública, tais como código de classificação e tabela de temporalidade e destinação para os documentos de arquivo relativos às atividades-meio, bem como diretrizes para a transferência, recolhimento e eliminação de documentos. De acordo com a legislação vigente, o Arquivo Nacional é responsável pela gestão

¹¹ LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. *Gestión de documentos: definición y análisis de modelos*. Bergara: Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.

¹² SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

¹³ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

de documentos no âmbito do governo federal, e pela aprovação dos instrumentos e procedimentos de destinação dos documentos arquivísticos produzidos pelas unidades administrativas do poder Executivo federal, além de ser obrigatória a divulgação oficial de qualquer ato de eliminação.

Esses instrumentos oficiais, a legislação e os principais dicionários de terminologia arquivística definem gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. De forma geral, esta definição de **gestão de documentos** está de acordo com a proposta pelo Glossário do InterPARES. A única diferença reside na idéia, presente no InterPARES, de dois subsistemas (*record-making* e *recordkeeping*), ambos subordinados ao sistema de **gestão de documentos**. De forma geral, no Brasil, as práticas de gestão de documentos não a dividem em dois subsistemas e esta é vista como um fluxo contínuo, desde a criação até a destinação final. A partir deste ponto de vista, existe um único sistema que administra os documentos em todas as fases da gestão de documentos: produção, uso e manutenção e destinação.

O conceito de sistemas distintos, sendo um de elaboração (*record-making*) e outro de *recordkeeping*, não foi desenvolvido no Brasil e conseqüentemente não existem palavras ou termos usados por arquivistas brasileiros para esses conceitos. Assim, novos termos precisam ser criados em português para estabelecer a compreensão da gestão de documentos e seus subsistemas como utilizado no InterPARES.

Em português, a palavra *keeping* significa **manutenção**, que é similar ao termo *maintain* em inglês. De certa forma parece ser uma boa escolha, pois está de acordo com a tradução sugerida em outras línguas neolatinas, como, por exemplo, *mantenimiento* em espanhol ou *tenuta* em italiano. Por outro lado, esta opção parece menos ideal, pois a função de “manutenção de documentos arquivísticos” é somente uma das funções envolvidas em *recordkeeping*, a qual compreende outras funções como armazenamento, uso e destinação. Uma escolha mais adequada seria um termo que compreendesse todas as funções ou, pelo menos, que não restringisse a uma única função de *recordkeeping*.

Até mesmo a criação de um termo envolve algumas escolhas difíceis e requer muito estudo e pesquisa. Em alguns casos, pode ser necessário promover um debate mais amplo, além das fronteiras do InterPARES, envolvendo a comunidade

arquivística do país. É verdade que práticas arquivísticas distintas podem criar obstáculos para a tradução. Ketelaar, observa este tipo de obstáculo criado pelas diferenças de práticas e culturas, ressaltando que “Quando traduzir uma palavra, uma expressão, um termo em uma língua estrangeira, nós tentamos transmitir um significado cultural mais profundo, porém o equivalente só pode ser uma exata apresentação do original se as duas culturas forem congruentes”. “Porém”, acrescenta este autor, “existem culturas congruentes?”¹⁴

4 Create e Make

Um outro tipo de obstáculo para a tradução diz respeito ao uso pouco consistente, ou variável, e uma palavra. A tradução de *create* e todas as suas derivações (*creator*, *create record*, *record creation*) apresentam um problema quando se compara com a tradução do termo *make*. Esses dois termos, *create* e *make*, são referenciados nos documentos do InterPARES com um significado específico e é importante que eles sejam apropriadamente traduzidos uma vez que eles são usados em muitos documentos produzidos dentro do contexto do InterPARES.

As definições de *creator* e os termos relacionados conforme aparecem no Glossário do InterPARES são:

Termo	Definição do Glossário do InterPARES 3
<i>Creator</i>	<i>The physical or juridical person who makes, receives, or accumulates records by reason of its mandate/mission, functions or activities.</i>
	A pessoa física ou jurídica que elabora, recebe ou acumula documentos arquivísticos em razão de seu mandato/missão, funções ou atividades.
<i>Create record</i>	<i>To make and set aside or receive and set aside records.</i>
	Elaborar e manter ou receber e manter documentos arquivísticos.

¹⁴ KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival science. *Archivaria*, v. 44, p. 144, 1997.

The first phase of a record's lifecycle in which a record is made or received and then set aside for action or reference.

Record creation

Primeira fase do ciclo de vida dos documentos arquivísticos, na qual um documento arquivístico é elaborado ou recebido e mantido para ação ou referência.

Todas essas definições apresentam *creation* como um conjunto de ações que inclui a elaboração, o recebimento e a retenção de documentos arquivísticos. A tradução literal para o português seriam as seguintes palavras - criador / criar / criação - mas essas não são usadas no Brasil para designar as atividades de gerar documentos arquivísticos. De forma geral, os termos usados pelos arquivistas são: produtor / produzir / produção e esta tradução tem sido adotada pelas normas brasileiras e pelos dicionários de terminologia arquivística.

Nas traduções brasileiras das normas do Conselho Internacional de Arquivos, como a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF), o termo *creator* foi traduzido como **produtor**, significando "a pessoa ou instituição que elaborou, acumulou e/ou manteve os documentos arquivísticos durante a administração de suas atividades"¹⁵. Pode-se afirmar que esta acepção está de acordo com a definição proposta pelo InterPARES.

Além disso, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), existe o termo **Entidade produtora**, que significa "uma entidade ou organização, uma pessoa ou família identificada como geradora de um arquivo. Também chamado de produtor"¹⁶.

O principal problema diz respeito a que os arquivistas brasileiros também usam o termo **produzir** no sentido de "*make records*". Este uso é apresentado na legislação e nos manuais de arquivos onde, para a expressão "*records made or received*", é sempre dito

¹⁵ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 5; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p.14.

¹⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. p. 84.

"documentos produzidos ou recebidos" e; para a expressão "*making of records*" também se diz "produção de documentos".

No Glossário do InterPARES 2, o termo *record-making* é definido como "o conjunto de princípios, políticas, regras e estratégias que controla o processo de produzir documentos arquivísticos a partir de documentos elaborados ou recebidos". Produzir um documento arquivístico inclui o processo de elaborar um documento arquivístico ou o processo de receber um documento arquivístico e mantê-lo. No contexto do InterPARES, em relação aos documentos arquivísticos, o sentido do termo *create* é mais amplo que o termo *make*.

O significado do termo **produzir** conforme usado no Brasil muda, dependendo do contexto no qual este é empregado pelos arquivistas: pode ser *create* no sentido de abranger todas essas operações: elaboração, recebimento e retenção, ou simplesmente *make* com o sentido de fazer, gerar ou preparar. Esta variação no significado do termo **produzir**, pelos arquivistas brasileiros, nunca pareceu ser um problema, pois o significado exato podia ser identificado dependendo do contexto em que o termo era empregado. Entretanto, a tarefa de traduzir os termos e acepções do Glossário InterPARES 3 destacou a inconsistência de sentido dos termos, uma vez que *create* e *make*, conforme adotado pelo Projeto, têm significados distintos.

Neste ponto os pesquisadores brasileiros do InterPARES devem escolher entre as seguintes opções:

- a) Traduzir os termos *create* e *make* por **produzir**, utilizando a mesma palavra em português. Deste modo o uso tradicional dos termos no Brasil seria mantido, ou
- b) Tentar corrigir o uso tradicional da palavra **produzir**, propondo, por exemplo, uma outra tradução para *make record*, como **gerar documento arquivístico** ou **elaborar documento arquivístico**.

Assim, parafraseando Eric Katelaar, “Nós devemos postergar e ocultar a inconsistência do uso de diferentes significados do termo “produzir”¹⁷”

5 O uso dos termos em inglês, em que não há tradução

Uma outra questão enfrentada pelos pesquisadores foi o uso trivial de termos em inglês ou, mais freqüentemente, o acrônimo de um termo em inglês, especialmente quando relacionados à Tecnologia da Informação (TI). É muito comum, no Brasil, o profissional de TI usar termos técnicos na língua inglesa, em artigos ou materiais técnicos.

Embora possa ser considerado um problema menor em termos de tradução, nesses casos não existe alternativa; decidiu-se simplesmente adotar o termo em inglês ou o acrônimo na versão brasileira do Glossário do InterPARES 3. No entanto, deve-se observar que esta escolha não é uma prática geral, pois a maior parcela dos termos de Tecnologia da Informação no Glossário foi traduzida para o português.

Alguns exemplos para ilustrar este caso são:

Termo em inglês	Definição do Glossário do InterPARES 3	Termo utilizado no Brasil
<i>data grid</i>	<p><i>n., The registration of digital entities into a logical name space. Manipulations of registered material can then be automated through any standard computer application programming interface (API).</i></p> <p><i>n., Registro de entidades digitais em um espaço de nomes (name space) lógico. Manipulações de material registrado podem, então, ser automatizadas por meio de qualquer API (Application Programming Interface) padrão.</i></p>	data grid

¹⁷ KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival science. *Archivaria*, v. 44, p. 142, 1997. O autor propõe uma questão similar a respeito do uso dos termos records and archives, conforme empregado por americanos e ingleses: Should we postpone and conceal the differences in our discourse on the nature and administrations of records and archives?

<i>document type definition</i>	<p><i>n., (DTD) The definition of a document type in SGML or XML, consisting of a set of mark-up tags and their interpretation.</i></p> <p><i>n., A definição de um tipo de documento SGML ou XML, o qual consiste em um conjunto de definições de etiquetas de marcação (tags) e sua interpretação.</i></p>	DTD
<i>digital videodisc</i>	<p><i>n., (DVD) A type of single- or double-sided, optical digital medium that is capable of storing from 4.7 to 8.5 gigabytes of digital data on two continuous, microscopic, spiral tracks or grooves that are cut and read by a laser beam. Its logical format specifications are governed by the Universal Disk Format (UDF) specification.</i></p> <p><i>n., Tipo de suporte óptico digital com uma ou duas faces, capaz de armazenar de 4,7 a 8,5 gigabytes de dados digitais em duas faixas ou sulcos contínuos, microscópicos e espirais, que são gravados e lidos por um raio laser. As especificações do seu formato lógico são regidas pela norma Universal Disk Format (UDF). Sigla de: digital versatile disc; digital vídeo disc.</i></p>	DVD
<i>digital audio tape</i>	<p><i>n., (DAT) A type of magnetic digital medium that can store up to 4 gigabytes of digital data per cassette by using helical scan recording.</i></p> <p><i>n., Tipo de suporte digital magnético que pode armazenar até 4 gigabytes de dados digitais por cassete, usando gravação de varredura helicoidal. Sigla de: digital áudio tape.</i></p>	Fita DAT

6 Conclusão

Os casos apresentados neste artigo demonstram como é complexa a tarefa de traduzir um glossário. A importância das decisões tomadas no decorrer da tradução é

enorme, porque todos os materiais produzidos pelos pesquisadores no âmbito do Projeto InterPARES 3 devem ser traduzidos para várias línguas de cada TEAM e precisam estar de acordo com o Glossário Multilíngüe do InterPARES 3.

Além disso, como foi observado nos casos acima, algumas questões destacam inconsistências, diferenças de usos e práticas, bem como ausência de determinados conceitos e práticas. Estimulados por este fato os pesquisadores precisaram aprofundar o estudo e iniciar um debate a respeito do uso dos termos e os conceitos adotados.

Michel Duchein, em seu artigo citado no início deste trabalho, observa que: "o estudo dos problemas terminológicos é uma das chaves da arquivologia. Ela ajuda a precisar as noções, a dissipar o vapor do empirismo, obriga a colocar em questão as certezas adquiridas pela rotina".¹⁸

A construção de uma terminologia no âmbito do InterPARES 3 não se restringe apenas a desenvolver uma linguagem comum para o desenvolvimento dos trabalhos do Projeto, mas também ajuda os pesquisadores de cada TEAM regional, nacional e multinacional a revisar os conceitos e termos arquivísticos utilizados em seu próprio país.

PADRONIZAR, NORMALIZAR E DEFINIR PONTOS DE ACESSO O desafio da indexação arquivística

Isabel Cristina Borges de Oliveira
Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais
do Programa de Pós-Graduação em História
Política e Bens Culturais (Mestrado
Profissional), do Centro de Pesquisas e
Documentação em História Contemporânea
-CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.
Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

RESUMO

Nos últimos anos, a questão da indexação arquivística, em função das novas tecnologias, vem se tornando um assunto recorrente para os arquivistas. Esse fato pode ser observado na literatura nacional e internacional da área. Além disso, a definição dos pontos de acesso e sua padronização devem considerar determinados aspectos da teoria arquivística: o princípio da proveniência e do respeito aos fundos; a questão do contexto arquivístico; os diferentes personagens que concorrem na elaboração de um documento; a diferença entre autor e produtor e a diplomática como um recurso auxiliar na definição dos pontos de acesso.

Palavra-chave: *Indexação arquivística; Controle de autoridade; Teoria arquivística; Norma arquivística; Contexto arquivístico.*

Standardising, normalising and defining access points: the challenge of archival indexing

Abstract

In the past years, the indexing became an issue among the archivists specially because of the use of new technologies. We can observe this in the national and international scenery of this subject in Archival Science. The decision concerning the access points and its standardizing must considered some aspects of archival theory: the principle of provenance and the respect of fonds; archival context; the creators of the documents; the difference between author and creator and the diplomatic aspects.

¹⁸ DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01/02, p. 22, 2007.

Keywords: *Archival indexing; Authority control; Archival science theory; Archival context; Archival standard.*

1 Introdução

Nas últimas décadas do século XX a questão da indexação vem sendo colocada para os arquivistas das mais diferentes formas, por meio da necessidade de normalização, padronização e utilização de bases de dados para acesso aos instrumentos de pesquisa, trazendo para a arquivologia a necessidade de estudar o assunto considerando os aspectos teóricos arquivísticos.

Partindo do pressuposto de que a indexação é parte do processo da descrição e sabendo que o produto dessa atividade será decisivo na escolha do usuário/pesquisador de consultar ou não o arquivo, uma questão se instaura: Como indexar documentos de arquivo?

Para que essa comunicação e a expectativa dos usuários sejam atendidas, é necessária uma linguagem controlada. Pode-se entender este conceito percebendo que em sistemas informatizados encontramos três personagens: quem utiliza o sistema, quem alimenta o sistema e o próprio sistema. Para se comunicarem de forma eficaz, todos precisam falar uma mesma linguagem.

Além disso, uma questão recorrente diz respeito ao crescente número de bases de dados resultantes do processo de informatização das instituições custodiadoras de acervos, as quais se vêem com a necessidade de repensar seus instrumentos de pesquisa a fim de melhor atender seus usuários. Nesse sentido, o arquivista se defronta com uma determinada exigência: uma maior familiarização com conceitos já consagrados e aplicados na biblioteconomia sem, com isso, perder de vista os princípios arquivísticos, bem como, tornar a indexação arquivística um objeto de estudo.

2 A indexação no cenário arquivístico internacional

Pode-se apontar o século XIX como o marco inicial para o aparecimento do termo “indexação” na área arquivística. As autoras francesas Pétillat e Prax (1993, p. 290) afirmam que a prática de indexação não é coisa nova para os arquivistas, embora o

uso do termo seja relativamente recente. Segundo as autoras, a instrução de 24 de abril de 1841 inseriu, na prática arquivística da descrição, a construção de índices, ou seja, a construção de índices de nomes, de lugares ou de assuntos estava atrelada à elaboração de guias, inventários ou repertórios.

Para Schellenberg (1980, p. 53), apesar da grande quantidade de trabalhos de indexação no século XX, “os processos de tal técnica documentária nunca foram plenamente definidos nem normalizados”. Por outro lado, na França, a Circular AD 63-31 de 22 de julho de 1963, relativa aos índices alfabéticos dos fundos de arquivo e de seus inventários, serviu para promover uma aproximação entre a arquivística e a técnica documentária (PÉTILLAT; PRAX, 1993).

No entanto, Sibille (2007) afirma que antes desta circular não tinha ocorrido na França qualquer tentativa de normalização. Somente com a introdução da informática nos anos 1980 é que essa preocupação toma corpo, trazendo para a prática francesa a preocupação com a escolha dos termos empregados, bem como a busca de referências em tesouros e dicionários, propondo, inclusive, “uma quádrupla indexação: ‘assuntos’, ‘ação’, ‘tipologia documental’ e ‘contexto histórico’” (SIBILLE, 2007, p. 98).

Se, por um lado, a preocupação com a indexação já existia no século XIX, isso também colaborou para o entendimento, por parte dos arquivistas, de que a construção de índices é um instrumento auxiliar da descrição. Por conta disso, na área arquivística, os olhares teóricos a respeito do assunto ficaram relegados a segundo plano, sobretudo se comparados com a discussão sobre descrição.

Por outro lado, o surgimento da era computacional e a necessidade de normalização impuseram à arquivologia a necessidade de estabelecer normas de descrição e o uso constante de bases de dados eletrônicas intensificou a discussão sobre a recuperação da informação para a área arquivística.

Em 1979, Richard H. Lytle defende sua tese de doutoramento intitulada *Subject retrieval in archives: a comparison of the content indexing methods*. Segundo Silva, et.al. (1998, p. 154), foi aplicado pela primeira vez “aos arquivos conhecimentos adquiridos e testados em bibliotecas e serviços de documentação, já desde os anos 50”.

Nesse sentido, o trabalho pode ser considerado o primeiro que leva em consideração a relação entre a teoria arquivística e a linguagem documentária. Além disso, Lytle (1980) considerou o usuário como um fator relevante no estudo da indexação.

O usuário deve ser, para os arquivistas-indexadores, tão importante quanto o conhecimento teórico necessário para a normalização e construção do vocabulário controlado, e que viabilizarão o acesso aos documentos. Como mencionado por Sá (2005, p. 4), “os profissionais da informação devem sair do modelo ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ e partir para o modelo ‘arquivos direcionados para o usuário’”.

Santos Canalejo (1998, p. 117, tradução nossa), ao mencionar a questão da normalização e do controle de vocabulário, afirma que o arquivista deve utilizar os “procedimentos sintáticos convencionais que representam o conteúdo dos documentos ou de um conjunto de documentos para facilitar a busca e recuperação da informação”.

A autora, também, analisa as questões referentes à indexação levando em consideração, inclusive, a diferença entre arquivos administrativos e históricos. No primeiro caso, a indexação seria enriquecida, pois ter-se-ia a participação do usuário principal na elaboração do vocabulário controlado. No segundo caso, esse enriquecimento somente apareceria em função de uma descrição contextualizada e, conseqüentemente, de uma indexação baseada em conceitos.

A questão apontada por Santos Canalejo (1998) sobre normalização, controle de autoridade e necessidade de o arquivista se aproximar das linguagens documentárias a fim de facilitar a recuperação da informação pode ser observada na literatura da década de 1980 e 1990, como maior incidência, em países como Estados Unidos e Canadá, conforme tabela (OLIVEIRA, 2009a, p. 54) a seguir:

Ano	Autor	Título	Local de publicação
1985	Richard V. Szary	Expanding the role of authority files in the archival context	Estados Unidos
1986	Max Jr. Evans	Authority control: an alternative to the record group concept	Estados Unidos
1986	Helena Ferrez; Jerusa Araújo; Rosely Rondinelli	O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais	Brasil
1987	Richard Roy	Classer & indexer: introduction à l'indexation documentaires	França

1987	Jean E. Dryden	Subject headings: the PAASH Experience	Canadá
1988	Jackie Dooley	An introduction to authority control for archivists	Estados Unidos
1989	Louise Gagnon-Arguin	An introduction to authority control for archivists	Canadá
1989	David Bearman	Authority control issues prospects	Estados Unidos
1990	Harriet Ostroff	Subject Access to Archival and Manuscripts Material	Estados Unidos
1991	Elizabeth Black	Authority control: a manual for archivist	Canadá
1992	Planning Committee on Descriptive Standards	Subject indexing for archives: the report of the subject indexing working group	Canadá
1992	Jackie Dooly	Subject Indexing in Context	Estados Unidos
1993	Kathleen Roe	Enhanced Authority Control: is it time?	Canadá
1993	Cynthia J. Durance	Authority control: beyond a bowl of alphabet soup	Canadá
1994	Helen R. Tibbo	The Epic Struggle: Subject retrieval from large bibliographic data bases	Estados Unidos
1995	Sharon Gibes Thibodeau	Archival context as archival authority record the ISAAR (CPF)	Canadá
1996	Fernanda Ribeiro	Subject indexing and authority in control: the need for subject indexing in archives and for a indexing policy using controlled language	Reino Unido
1996	Fernanda Ribeiro	Indexação e controlo de autoridade em arquivos	Portugal

Tabela 1: Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística

Segundo Silva et al. (1998), nestes países ocorreram avanços no campo do pensar a teoria arquivística e, diante dos novos desafios tecnológicos, começam a debater a questão da recuperação da informação frente a conceitos da área, buscando revalorizar o “princípio da proveniência” e o “controle de autoridade”.

Apesar dessa incidência e da discussão de Santos Canalejo (1998) ser de extrema importância, o assunto ainda é pouco explorado pela arquivologia. Um dos motivos pode ser o mencionado por Dooley (1992, p. 345, tradução nossa) no início da década de 1990: “historicamente, arquivistas tendem a seguir o ponto de vista de que o acesso aos materiais de arquivo pela proveniência torna o acesso por assunto desnecessário”.

Dooley (1992) analisa o que denomina *the nature of archival subjects* em relação à existência de assunto no documento arquivístico, ou seja, na definição do assunto principal no documento, ou melhor, na dificuldade de elencar o assunto principal, ou seja, em definir qual pode ser considerado o mais relevante para servir de ponto de acesso.

Na outra ponta da discussão, encontra-se a questão do contexto arquivístico no sentido de que os assuntos genéricos são tão importantes quanto os específicos e que pontos de acesso como tempo e lugar, além de serem importantes, também definem o contexto de produção do documento – onde e quando foi produzido.

Durance (1993) e Roe (1993) defendem, na *Conferência Anual da Associação dos Arquivistas Canadense*, em 1992, a necessidade do controle de autoridade. Para Durance (1993), o controle de autoridade é um termo “guarda-chuva”:

que significa uma forma de possibilitar o acesso aos documentos em um arquivo por meio de nomes, assuntos e funções – estes serão construídos de tal maneira que os relacionamentos ou não-relacionamentos, entre eles, sejam aparentes. De fato, o controle de autoridade em um cenário arquivístico introduz uma ordem, como um mapa rodoviário, às complexidades das organizações, e de seus antecessores, os nomes de pessoas, as funções e os assuntos dos documentos, bem como seus inter-relacionamentos (DURANCE, 1993, p. 38, tradução nossa).

Roe (1993) questiona se já não é chegada a hora de se preocupar efetivamente com o controle de autoridade, de dar um *status* à questão. A autora utiliza o termo “enhanced authority control”, afirmando ter sido um termo recorrente na literatura arquivística durante a década de 1980 no Canadá e nos Estados Unidos. O termo pode ser traduzido como a “melhoria do controle de autoridade”.

No Brasil, a expressão pode ser considerada inédita, já que a discussão sobre o assunto ainda é incipiente.

Durance (1993, p. 40) também define quais são os tipos de autoridade:

- a) nomes corporativos, suas histórias e funções;
- b) nomes de pessoas e uma biografia sobre elas;
- c) assuntos (incluindo nomes e local); e
- d) funções, ocupações e/ou formatos de material.

Segundo a autora, todos esses tipos precisam de controle e podem ser definidos como pontos de acesso. O controle de autoridade tem um componente intelectual e dois componentes físicos. O componente intelectual define as questões técnicas, levando-se em consideração as possíveis relações entre os pontos de acesso (o que requer um determinado conhecimento para esse fim).

Em relação aos componentes físicos, o primeiro diz respeito ao sistema a ser utilizado, considerando-se as inter-relações que deverão existir e a necessidade de deixá-las claras para os usuários, pois “a habilidade para ligar a história dos documentos com a história de seus criadores é central para a descrição arquivística” (DURANCE, 1993, p. 39, tradução nossa). O segundo componente está diretamente ligado à forma de entrada do registro autorizado no sistema¹.

Roe (1993), como Durance (1993), também define três componentes para o controle de autoridade arquivístico. O primeiro componente analisado por Roe (1993) refere-se à consistência terminológica. Para a autora, esta consistência tornou-se mais clara aos arquivistas em função dos sistemas automatizados. O segundo componente refere-se à relação entre informação contextual e à recuperação da informação arquivística. A autora, para enfatizar a questão, cita David Bearman, Richard Lytle, Richard Szary e Max

¹ No original, Durance (1993) define os três componentes como: *authority work, authority system and authority file*.

Evans que, em seus estudos, sempre ressaltaram a necessidade de fornecer informação contextual em registro de autoridade (ROE, 1993, p. 120).

O terceiro componente diz respeito a como representar as relações multidimensionais e de multiníveis entre as entidades. Para Roe (1993, p. 121, tradução nossa), “nenhum arquivo é uma ilha” e os “documentos gerados por uma organização ou uma pessoa têm a curiosa tendência de aparecer em mais de uma instituição custodiadora”.

Segundo Roe (1993, p. 121, tradução nossa), a padronização possibilitaria recuperar esse tipo de informação, ou seja, “a aplicação de convenções consistentes de nomes certamente juntará esse material fisicamente disperso em uma base de dados comum e compartilhada”.

As considerações feitas pelas duas autoras estão no cerne da discussão da *ISAAR (CPF): Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família*.

Na França, temos a publicação do *Thesaurus W, vocabulaire normalisé pour la description et l'indexation des archives administratives locales contemporaines* na década de 1980. Em 1997, foi disponibilizada a terceira edição do *Thesaurus W*, que pode ser considerado um exemplo em relação à indexação arquivística, pois apresenta a preocupação com o contexto histórico e em 2007 ocorre um encontro regional intitulado *L'indexation dans les services d'archives, entre normes et pratiques*.

Em Portugal, Ribeiro (1998) coloca em pauta a questão da definição de pontos de acesso, controle de vocabulário e indexação. Para a autora, a associação da classificação, descrição e pontos de acesso são pré-condição para uma recuperação da informação eficaz.

2.1 Os pontos de acesso e as normas de descrição arquivística

Segundo Hagen (1998), a descrição da informação arquivística está sendo objeto de esforços de padronização, basicamente em função do impacto das novas tecnologias que possibilitam a troca de informação em ambiente WEB.

Fox (2007), como Hagen (1998), concorda que, em função das novas tecnologias, o mundo dos arquivos se alterou. Argumentando em favor das normas, o autor expõe que os usuários são os mais afetados por essas transformações, por dois motivos. Primeiro, acreditam que os arquivistas estão usando as novas tecnologias para facilitar o acesso à informação nos arquivos, o que acaba se tornando um

problema à medida que essa premissa não é uma total realidade. Segundo, o próprio usuário é um usuário constante dessa tecnologia no seu dia-a-dia, tornando-se um conhecedor de seus benefícios.

Além disso, Fox (2007) apresenta um novo tipo de usuário, o pesquisador virtual. Este objetiva ter um acesso virtual tanto aos instrumentos de pesquisa que o levam ao documento almejado quanto ao próprio documento digitalizado, por exemplo. Nesse sentido, a normalização se torna um imperativo, pois, em caso contrário, os instrumentos de pesquisa tornam-se verdadeiras “torres de babel” para o pesquisador.

Dessa forma, Fox (2007, p. 27) pergunta: “quando os nomes de pessoas, lugares, organizações e assuntos são registrados e indexados diferentemente de arquivo para arquivo, como podem os usuários esperar localizar materiais relacionados em instituições arquivísticas?”. Ou seja, a ausência de uma metodologia e de diretrizes de padronização traz dúvidas ao usuário, e somente a normalização e a padronização podem responder a essa questão, pois diante de bases de dados e da facilidade do acesso às informações nos arquivos a consistência da informação apresentada torna-se um imperativo no trabalho arquivístico, como alerta Fox.

Essa preocupação pode ser observada na publicação das normas de descrição arquivística no Canadá e nos Estados Unidos, as quais estabelecem normas descritivas, bem como definem regras para padronização dos pontos de acesso definidos durante o processo de descrição.

Nos Estados Unidos, foi publicada a norma para descrição e definição de pontos de acesso *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries* – APPM em 1983 e em 1989 foi publicada a segunda edição. Em 2004, foi publicada a *Describing Archives a Content Standard* – DACS, que substitui a APPM, utilizada por mais de duas décadas nos Estados Unidos. No Canadá temos a publicação da *Rules for Archival Description* – RAD em 1990.

A norma americana e a canadense dedicam uma parte à questão da padronização dos pontos de acesso. Apesar de ressaltarem que o responsável por essa tarefa sempre deva levar em consideração o “princípio da proveniência”, ambas as normas seguem

as diretrizes do AACR2² em relação à padronização. Em relação aos assuntos, tanto a APPM quanto a RAD os excluem como possíveis pontos de acesso.

Essa ausência, da definição dos assuntos como pontos de acesso, pode ser compreendida por meio da tradição arquivística de elaborar descrições consistentes que, a princípio, eram suficientes para o acesso aos documentos.

Em oposição à regra americana está à visão dos arquivistas ingleses que, em 1986, lançam o *Manual of Archival Description (MAD)* e se colocam contrários à idéia americana, julgando o AACR2r inadequado para a descrição arquivística até mesmo na adaptação feita na norma americana (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 1994). No entanto, o Conselho Nacional de Arquivos do Reino Unido, em 1997, publicou uma norma para padronização de nomes, entidade e lugares intitulada *Rules for the construction of personal, place and corporate names* baseada, em grande parte, no AACR2r.

Apesar de serem contrários à adoção do AACR2r para a descrição arquivística, essa rejeição não se aplicou à padronização. Pelo contrário, a norma afirma claramente que está baseada no AACR2r, porém fazendo ressalvas, inclusive discordando do código em determinados aspectos, como, por exemplo, na forma de entrada de nomes compostos.

Internacionalmente temos a publicação da *ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística* e da *ISAAR(CPF): Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família*.

Especificamente sobre a *ISAAR(CPF)* devem-se mencionar algumas questões. A primeira refere-se ao que Adrian Cunningham (2007) definiu: que ela impôs um marco divisorio na descrição arquivística internacional.

A norma, também, coloca em evidência um dos aspectos mais importantes e que caracterizam o documento de arquivo, o seu contexto de produção, característica que também deve ser levada em consideração durante o processo de indexação.

Porém, a norma tem por objetivo oferecer uma estrutura para a normalização e a troca de descrições arquivísticas de produtores. Isto significa dizer que a questão da

² O AACR define normas para catalogar, ou seja, para descrever o documento bibliográfico e para a escolha e padronização dos pontos de acesso (ou entradas) que pode ser um "nome, termo, código etc., sob o qual um registro bibliográfico pode ser procurado e identificado. São chamadas entradas de autor e/ou de outros responsáveis, entradas de título, de série etc. e entradas de assunto de um item" (RIBEIRO, 2006, p. 21-5).

indexação não é o objetivo primordial da norma, mesmo prevendo como um de seus usos o controle e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas.

A *ISAAR(CPF)* é, sem dúvida, um avanço internacional na questão, e sugere "que regras e convenções para normalização de pontos de acesso sejam desenvolvidas nacionalmente ou para cada idioma" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 15).

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) vem se preocupando com a questão da padronização da descrição arquivística, por meio da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTDA. Essa preocupação encontra-se consubstanciada nas publicações da *ISAD(G)*, da *ISAAR(CPF)* e em 2006, com o lançamento da *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*, que inclui a *Área de pontos de acesso e indexação de assuntos*.

A norma também estabelece o que será contemplado como assuntos no processo de indexação: nomes de pessoas físicas e jurídicas; eventos; áreas geográficas; períodos e assuntos, e orienta, em relação aos assuntos, que as instituições custodiadoras definam o tipo de indexação a ser feita, se pré-coordenada ou pós-coordenada em função do sistema de recuperação adotado.

Um fator relevante é que a norma inclui essa área em todos os níveis de descrição, possibilitando, caso a política de descrição da instituição custodiadora permita, iniciar o processo de indexação pelo nível mais baixo, que equivale à descrição de dossiê ou item documental.

A norma orienta para a criação de índices onomásticos o uso da *ISAAR (CPF)* no que se refere às formas autorizadas de entrada de nomes. No entanto, orienta a consulta ao AACR2r, bem como, sugere a consulta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e ao *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*, publicado pela Academia Brasileira de Letras, para atualização dos nomes.

Ainda cabe mencionar que o incentivo à normalização, no Brasil, se faz presente também por meio da Resolução do Conarq nº 27, de junho de 2008, onde define, no inciso IV do artigo 6º, que os programas de gestão de documentos arquivísticos, em todas as esferas do governo, deverão contemplar, obrigatoriamente, o uso da *NOBRADE* "para garantir o acesso à documentação de valor permanente" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2008).

Porém, em relação à padronização dos pontos de acesso no que tange aos índices onomásticos a questão somente será resolvida quando o Brasil tiver, a exemplo dos Estados Unidos, do Canadá e do Reino Unido, normas de padronização dos pontos de acesso. O primeiro passo já foi dado quando a questão foi levantada pelo presidente do Conselho

Nacional de Arquivos – Conarq –, durante reunião em 2006. No entanto, enquanto isso não se tornar uma realidade de fato ainda teremos decisões tomadas, apenas, em âmbitos institucionais como é o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa.

3 A indexação no cenário arquivístico brasileiro

Durante o VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1986, foi apresentado um trabalho intitulado *O Desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais* (FERREZ; ARAÚJO; RONDINELLI, 1987). As autoras, Helena Ferrez, do Museu Histórico Nacional, Jerusa Araújo e Rosely Rondinelli, da Fundação Casa de Rui Barbosa, discutiram sobre a indexação, pontuando que a questão está tradicionalmente sob o domínio dos bibliotecários – realidade que, de certa forma, permanece até hoje –, e que um dos motivos para a ausência dessa atividade reside no pressuposto de que a indexação é feita em documentos individuais, enquanto os arquivos trabalham com conjuntos documentais.

Quase 20 anos depois, temos a publicação do livro de Johanna W. Smit e Nair Yumiko Kobashi, em 2003, intitulado *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. A obra tem por objetivo orientar o arquivista para a construção de vocabulário controlado e pode ser considerada a primeira publicação específica para área de arquivo.

No VI Congresso de Arquivologia do Mercosul ocorrido no Brasil, a questão da indexação e da recuperação da informação foi abordada. Rose Tenório de Oliveira (2005, p. 6), da Fundação Oswaldo Cruz, discutiu, ao longo de sua comunicação, “a questão da elaboração de inventários de fundos arquivísticos e a produção de seus índices”. Para a autora (2005, p. 6), “os inventários analíticos devem conter índices, [...] que se configurem em listas de nomes, assuntos e lugares. Embora evidente, devido ao próprio tipo físico do inventário – documento impresso, enfatizamos que o índice para um inventário deverá ser um índice interno. Pois, acompanhará o inventário, constituindo-se num complemento deste”.

Neste mesmo evento, Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Fundação Casa de Rui Barbosa, abordou a questão da recuperação da informação. Para autora (2005, p. 7), dentro de uma realidade em que as informações são veiculadas por meio de bases de dados “há de se considerar como pontos de acesso os assuntos nos conteúdos dos documentos com a mesma relevância com a qual analisamos pontos de acesso tradicionalmente mais utilizados no cenário arquivístico”.

Em 2006, o XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, apresenta uma mesa-redonda intitulada *Normas e padrões para a Gestão e Descrição Arquivística*, onde a recuperação da informação esteve presente em duas comunicações. A primeira sobre a NOBRADE e a segunda sobre a indexação e a descrição em arquivos.

Com um teor mais voltado para o ambiente WEB, foram realizados o I, II e III Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, respectivamente em 2005, 2007 e 2009. Durante os encontros, a questão da recuperação da informação esteve presente.

Essa tendência também começa a ser sentida nos periódicos da área, como é o caso da revista *Arquivo & Administração* e a revista *Acervo*.

A revista *Arquivo & Administração*, nas suas últimas edições aborda a questão da indexação. Em 2006, é publicado o texto, de Maria Luiza Campos, intitulado *Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações*. A autora, dentro de uma linguagem interdisciplinar, traça paralelos entre as práticas arquivísticas, como a descrição arquivística e a prática biblioteconômica de catalogação e indexação. Nesse sentido, a Arquivologia congrega em uma única atividade duas operações: a descrição de dados objetivos e intelectuais ou descrição física e temática.

Em 2007, a revista *Acervo* lança uma edição voltada para a questão das normas e aborda a questão da indexação. Em comum aos artigos está a declarada defesa em adotar normas. Michael Fox (2007), diz ser o Brasil afortunado por ter a NOBRADE.

Especificamente sobre padronização de pontos de acesso, o artigo de Maria José Santos merece destaque, pois dedica um item à questão da padronização de entidades coletivas. Segundo a autora (2007, p. 64), a questão é objeto de debate na biblioteconomia a ponto de, desde 1976, a International Federation of Library Association and Institutions (IFLA) vir estudando a questão por meio de um grupo de trabalho ocupado em definir internacionalmente o padrão (forma e estrutura) para a entrada dessas entidades. A autora aponta o AACR3 ou *Resource Description and Access (RDA)*, a ser publicada em 2009, como uma possível solução ao problema.

4 A Arquivologia e a definição dos pontos de acesso

De acordo com Fonseca (2005), existem dois níveis de informação nos arquivos.

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

Um referente ao que está no próprio documento, que do ponto de vista da indexação contém os principais pontos de acesso e o assunto principal; e, outro, a informação contida “no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou” (2005, p. 59). Ou seja, as informações contextuais que também precisam estar presentes durante a definição dos pontos de acesso.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 79), “um princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações” e o princípio da proveniência, formulado por Natalys de Wally, se insere nessa definição.

O *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973, p. 18) define que o arquivo é um todo orgânico. Nesse sentido, ratifica a orientação de Wally em função de definir que os documentos produzidos e acumulados por determinada entidade não devem ser separados, nem misturados a outros. Sendo assim, a forma de acumulação de cada arquivo deve ser respeitada e conhecida pelo arquivista que irá organizar o fundo de arquivo. Segundo o *Manual* (1973), cada arquivo tem uma personalidade e uma individualidade própria. A indexação deve respeitar esse princípio.

Rousseau e Couture (1998) ressaltam que a aplicação desse princípio também favorece a recuperação da informação:

Bearman e Lytle demonstraram-no bem ao explicarem que o conhecimento do organismo criador, da sua missão, do mandato, das actividades, do funcionamento, do estilo de gestão, das relações existentes entre estas componentes são outros fatores susceptíveis de facilitar a recuperação da informação contida nos documentos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85).

Do princípio da proveniência surge outro princípio: o de respeito aos fundos que têm sua origem na aplicação do primeiro, sendo, nesse sentido, uma definição muito similar³.

Segundo Duchein (1982), o respeito aos fundos:

³ Para muitos arquivistas, falar sobre o princípio da proveniência é o mesmo que falar de respeito aos fundos; já para outros são princípios distintos. Não pretendo entrar nesta discussão. Apenas chamo atenção para essa relação de proximidade.

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa instituição, dessa corporação ou dessa família (DUCHEIN, 1982, p. 10).

A partir desse princípio de organização intelectual, como mencionou Rousseau e Couture (1998), Duchein (1982) definiu duas posições para a definição de fundos em relação à hierarquia dos produtores de arquivo: a maximalista e a minimalista.

A primeira define o fundo pelo seu nível mais alto, ou seja, todos os documentos produzidos por um único órgão, como um ministério, compõem o fundo desse ministério, ou ainda, todos os documentos de um estado formam um único e imenso fundo. A segunda define o fundo pelo nível da menor partícula funcional possível, o que significa dizer que a menor seção pode vir a se constituir enquanto fundo.

Em ambos posicionamentos, Duchein (1982) enunciou critérios e conseqüências que definem e afetam a organização de um fundo arquivístico.

Reside nesta dupla visão de organização intelectual dos arquivos o questionamento que faço em relação a padronizar os nomes e ainda manter o respeito aos conceitos arquivísticos.

Esse questionamento se aproxima do programa de trabalho proposto pelo presidente da CTDA, que em um dos seus itens enumera a questão da “elaboração de norma com entrada de nomes, não tanto por causa de nomes de pessoas, mas em relação a entidades coletivas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 4).

Se, por um lado, for adotada a visão maximalista pelo viés de que todos os documentos formam um único fundo de um Estado para definição de pontos de acesso e orientação de padronização de nomes, significa dizer que ele se enquadra no código AACR2r quando define os tipos de subordinação e hierarquia e estabelece que a entrada deve ser pela jurisdição⁴ a qual pertence o órgão, no caso o fundo:

⁴ Em sentido lato, jurisdição quer significar todo poder ou autoridade conferida à pessoa, em virtude da qual pode conhecer de certos negócios públicos e os resolver. E neste, poder, em que esse estabelece a medida das atividades funcionais da pessoa, seja juiz ou autoridade de outra espécie, se entendem incluídas não somente as atribuições relativas à matéria, que deve ser trazida a seu conhecimento, como a extensão territorial, em que o mesmo poder se exercita. [...] Assim, é a jurisdição compreendida: a) quanto ao órgão que a exercita: federal e estadual (SILVA, 2007, p. 802).

Por outro lado, se for adotada a forma minimalista em que o fundo é reduzido ao nível da menor partícula funcional possível, a padronização não poderia seguir as orientações do AACR2r, já que ela estabelece hierarquias de subordinação entre os diferentes órgãos de uma mesma instituição.

O princípio da proveniência também traz outra questão para a definição dos pontos de acesso, a questão do contexto arquivístico. Segundo Thomassen (2006), o contexto arquivístico:

... são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico (THOMASSEN, 2006, p. 10).

Dentre os contextos mencionados por Thomassen quero ressaltar o contexto sociopolítico, cultural e econômico, ou seja, “tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos” (THOMASSEN, 2006, p. 11).

A questão do contexto precisa ser considerada durante o processo de indexação, pois a definição de um ponto de acesso pode vir a ser estabelecida apenas compreendendo o contexto em que foi produzido o documento, ou seja, nem todo o ponto de acesso está explícito no documento. Pelo contrário, em muitos casos, a definição de um ponto de acesso somente poderá ser feita após se compreender o contexto sociopolítico em que o produtor do documento se insere.

Em muitos casos, somente instaurando o documento naquilo que Fonseca (2005) denominou “segundo nível de informação” é que se poderá definir um ponto de acesso. Nesse sentido, poderá ser definido um descritor que abarque a informação implícita ao documento em função do seu contexto de produção.

Como disse Oliveira (2007, p. 49), além dos assuntos explícitos, também temos aqueles que são citados e implícitos ao documento. Os citados são mencionados no próprio documento, e os implícitos são identificados no decorrer do trabalho de pesquisa do contexto arquivístico.

Além disso, a diferença entre *produtor* e *autor* deve ser considerada ao se pensar na questão relativa ao controle de autoridade. No que diz respeito, a sua definição como ponto de acesso e de sua padronização.

Duranti (1995) aponta três pessoas que concorrem para a formação de um documento arquivístico: o autor, o destinatário e o escritor⁵. Esses três personagens podem ser encontrados em um documento e precisam ser reconhecidos para que os pontos de acesso sejam corretamente definidos.

O primeiro, o autor, é a pessoa responsável pela criação intelectual do documento. O segundo, o destinatário, é a pessoa a qual o documento se dirige. O terceiro é o escritor do documento, ou seja, o responsável pelo conteúdo e articulação do que foi escrito (Duranti, 1995).

A questão reside em identificar esses personagens, pois em alguns casos, autor e destinatário são a mesma pessoa, como no caso dos diários, em geral, encontrado nos arquivos pessoais, bem como, autor e escritor podem estar presentes em um mesmo documento ou mesmo serem a mesma pessoa.

Conhecer essas categorias diplomáticas de pessoas, bem como a localização da informação no documento influi na qualidade da definição dos pontos de acesso, além de evitar erros de definição.

Outro aspecto da diplomática que deve ser considerado para a definição dos pontos de acesso refere-se aos aspectos extrínsecos e intrínsecos. O primeiro, em relação ao aspecto físico do documento. Por exemplo, o suporte, as características do texto, a linguagem utilizada e os selos; e o segundo em relação ao conteúdo, ou seja, como é estruturado o conteúdo intelectual do texto.

Não obstante todos esses elementos concorrerem para definir pontos de acesso, a questão da linguagem merece um olhar mais atento, pois, para o processo de indexação, é de extrema importância, principalmente em função da terminologia.

⁵ As categorias de autor e escritor são, neste artigo, definidas no âmbito de entendimento da teoria arquivística e nas definições dadas pela ciência da diplomática, excluindo-se outros entendimentos.

Segundo Duranti (1995), a linguagem é objeto de interesse dos arquivistas contemporâneos pelo viés social:

Diferentes grupos sociais utilizam diferentes formas de redação e diferentes vocabulários e, dentro de cada um deles, adotam-se estilos formais ou informais segundo a finalidade e a função dos documentos criados. Não há dúvida da existência de estilos oficiais, jornalístico, comerciais, científicos e coloquiais (DURANTI, 1995, p. 156, tradução nossa).

O conhecimento desse tipo de característica permite observar que a mesma pessoa pode ocupar esses diferentes espaços sociais, mudando sua forma de escrever. Sendo assim, encontrar o contexto em que o documento foi produzido poderá definir maior especificidade ao processo de indexação.

Por fim, o caráter intrínseco que se refere aos elementos internos do documento. Esse conteúdo é sempre apresentado dentro de uma estrutura que pode ser observada, entendida e utilizada para definir pontos de acesso. A primeira parte do documento, denominada de *protocolo* contém o contexto administrativo da ação que gera o documento. A segunda parte é o *texto* que descreve ação que gera o documento. A terceira é o *escatocolo*, que contém o contexto documental da ação (DURANTI, 1995).

O texto é a parte central do documento. Nele encontramos “a manifestação da vontade do autor, da evidência do ato, e da memória dele” (DURANTI, 1995, p. 164, tradução nossa). Do ponto de vista da indexação, é a área onde definimos os assuntos principais. Nas outras partes, retiramos nomes de lugares, autor, destinatário, data, e dependendo do documento, o assunto do mesmo, pois alguns documentos oficiais trazem no protocolo o assunto principal a ser abordado no texto.

A questão para o arquivista-indexador é conhecer a diplomática e saber reconhecer, no documento, os pontos de acesso para defini-los de forma a atender os usuários do sistema com eficiência e precisão, no menor tempo possível.

Isso também representa ter um conhecimento do seu usuário. Outra questão, no Brasil, pouco discutida. Mas, sem dúvida, o perfil de usuário sempre deve ser considerado no momento da definição dos pontos de acesso. Conhecer o público a quem se destina a indexação define a

eficiência do trabalho, mesmo que esse usuário seja virtual, como menciona Fox (2007).

5 Conclusão

A indexação não é uma tarefa fácil. Se há pouco mais de 30 anos à questão da indexação nos arquivos limitava-se à elaboração de índices resultantes de um processo descritivo, o surgimento de novas tecnologias e o ingresso dos tradicionais instrumentos de busca e pesquisa em bases de dados tornou essa atividade um pouco mais complexa.

Ademais, na Arquivologia, um ponto em comum norteia a questão da indexação: o princípio da proveniência que, concomitantemente ao contexto de produção, nos remete ao contexto sociopolítico-cultural. Nesse sentido, a diplomática é um instrumento valioso na definição de pontos de acesso, pois auxilia o arquivista a analisar os documentos tanto em relação aos seus aspectos físicos quanto intelectuais.

Sendo assim, o arquivista que tem como tarefa indexar deve sempre levar em consideração os aspectos teóricos arquivísticos, pois somente dessa forma o debate na área levará a definições teóricas e metodológicas consistentes para o processo de indexação arquivística.

Essa questão já é observada nas normas internacionais que, em dados momentos, discordam da aplicação do *AACR2r*, principalmente quando se fala no princípio de proveniência. Se, por um lado, a *NOBRADE* orienta o uso dessa norma em sua “área oito”, por outro, a necessidade de estudos, principalmente quando temos que padronizar entidades coletivas, é para o arquivista-indexador uma condição *sine qua non*.

Nesse sentido, ao se pensar em indexar documentos de arquivo, o conhecimento dos aspectos aqui mencionados é pré-requisito para uma padronização que respeite princípios já consagrados na área e que atenda ao usuário típico de arquivo.

Em função disso, a arquivologia deve sair de uma postura tradicional, onde o processo de indexação não representa a principal atividade, para uma posição em que a indexação terá o mesmo peso que a descrição, em se tratando de prover o acesso aos documentos. Dessa forma, o título da conferência de Thomassen (2007), *Virando o pensamento arquivístico de cabeça para baixo. A teoria arquivística e o uso de bases de dados* sintetiza o desafio que se impõem aos arquivistas diante da indexação arquivística.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. Disponível em: <<http://www.archivistes.org>>. Acesso em: 10 out. 2007.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVIST. **Rules for archival description**. Ottawa, Canadá, 1990. 689 p. [revised version – July 2008].

CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2006.

_____. O processo de descrição de documentos em arquivo e a recuperação da informação: princípios teóricos e metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [CD-Rom]

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridades arquivísticas para entidades coletivas, pessoas e famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.

_____. **ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 110 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Ata da 42ª Reunião, 01 de agosto de 2006**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

_____. **Ata da 44ª Reunião, 05 de dezembro de 2006**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

_____. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

_____. **Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez. 2007.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. Thesaurus W. <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/gerer/classement/normes-outils/thesaurus/>

DOOLEY, Jackie M. Subject Indexing in context. **The American Archivist**, v. 55, p. 344-354, Spring 1992.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANCE, Cynthia J. Authority Control: beyond a bowl of alphabet soup. **Archivaria**, n. 35, p.38-46, Spring 1993. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para uma antiga ciência**. Traducción de Manuel Vázquez. 1 ed. Cordoba (Argentina), 1995. 293 p.

FERREZ, Helena Dodd; ARAÚJO, J. G.; RONDINELLI, R. C. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 191-192, 1987.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

_____. Informação, Arquivos e Instituições Arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A norma brasileira de descrição arquivística – versão preliminar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [CD-Rom]

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

HAGEN, Acácia Maria Machado Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 27, n. 3, 1998.

HENSEN, Steven L. (compl.). **Archives, personal papers, and manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries**. 2 nd. Chicago: Society of American Archivists, 1989, 181p.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Statement of principle regarding archival description. **Archivaria**, 34, p.8-16, Summer 1992. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 4 out. 2008.

LYTLE, Richard H. Intellectual Access to Archives: I Provenance and Content Indexing Methods od Subject Retrieval. **The American Archivist**, v. 42, n.1, p. 64-75, Winter 1980.

NATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Rules for the construction of personal, place and corporate names.** United Kingdom, 1997. 129 p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação.** Orientador: Letícia Borges Nedel; Co-orientação: Maria Celina Soares de Mello Silva. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009a.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação dos conteúdos informacionais dos acervos arquivísticos. In: ENCONTRO DE BASES SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 45-50.

_____. Disseminação da informação arquivística: uma perspectiva interdisciplinar. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005a, p. 1-12. [cd-room]

_____. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 53-74, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Descrição Arquivística: contexto arquivístico, controle de vocabulário e o usuário.** In: ENCONTRO DE BASES SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009b.

OLIVEIRA, Rose Tenório de. Proposta de indexação e produção de índice para inventário de fundo arquivístico: a teoria e a prática. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005b. p. 1-7. [cd-room]

PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien. In: LA PRATIQUE archivistique française. Paris: Archives Nationales, 1993, p. 231-312.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catálogo de recurso bibliográficos: AACR2r em Marc 21.** 3 ed., rev. e ampl. Brasília: Ed. do Autor, 2006.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. Os Instrumentos de Acesso à Informação. In: _____. **O Acesso à informação nos Arquivos.** Tese (Doutorado em Arquivística) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt>>. Acesso em: 4 dez. 2007.

ROE, Kathleen. Enhanced authority control: is it time? **Archivaria**, 35, p. 119-129, Spring 1993. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTOURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SÁ, Ivone Pereira de. A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrado no usuário. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005, p.1-7. [cd-room]

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.57-66, jan./dez. 2007.

SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de. La indización en la recuperación de la información. **Lligall**: revista Catalana d'Arxivística, n. 12, p. 116-131, 1998.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos públicos e privados: arranjo e descrição.** Tradução de Manoel A. Wanderley. 2ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980. 386 p.

SIBILLE, Clarie. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 93-112, jan./dez. 2007.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Para uma epistemologia da arquivística: perspectiva diacrônica. In: _____. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação.** Porto: Afrontamento, 1998. p. 45-202.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Atualização Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 1498 p.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 53 p.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **Describing archives: a content standard.** 2007

_____. **Standards for Archives Description.** 1994. Disponível em: <<http://www.archivist.org>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

THOMASSEN, Theo. A Arquivologia no Cenário Digital: virando o pensamento arquivístico de cabeça para baixo. In: ENCONTRO DE BASES SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007, p.10-17.

_____. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO BRASIL

Renato Tarciso Barbosa de Sousa
*Professor Adjunto do Curso de Arquivologia da
Universidade de Brasília*
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
renasou@unb.br

RESUMO

Propõe uma discussão sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia e a formação dos arquivistas no Brasil. Em que medida os resultados adquiridos com as pesquisas têm influenciado o ensino da Arquivologia e, paralelamente, a busca de soluções dos problemas arquivísticos nas organizações contemporâneas.

Palavra-chave: *Arquivologia; Arquivista; Ensino; Pesquisa.*

The challenges of the education of the archivist in Brazil

Abstract

It proposes a discussion on the teaching and the research in Archival science and education of the archivists in Brazil. In which measure the results acquired with the researches have been influencing the teaching of the Archival science and, at the same time, the search of the archival problems solutions in the contemporary organizations.

Keywords: *Archival science; Archivist; Teaching; Research.*

Este texto tem como objetivo propor uma discussão sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia e a formação dos arquivistas no Brasil. Desde a autorização dada, em 1972, pelo então Conselho Federal de Educação, às universidades brasileiras de poderem organizar programas de graduação em Arquivologia, a definição, em 1974, do currículo mínimo do curso e a criação, em 1977, do primeiro curso de graduação na Universidade

do Rio de Janeiro (UNIRIO), percebemos uma profunda modificação nas bases que sustentaram o ensino e a pesquisa em Arquivologia no país.

Vários elementos entraram em cena e têm provocado um avanço nos projetos político-pedagógicos dos cursos e, principalmente, na construção do conhecimento arquivístico no Brasil: as diretrizes curriculares, a sensível melhora na qualificação dos professores, a crescente percepção da sociedade sobre a importância do tratamento da informação e a banalização dos meios tecnológicos.

É possível, então, constatar que o produto do que-fazer arquivístico passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências financiadoras, com propostas metodológicas e discussões conceituais. Entendemos essa passagem como uma contribuição fundamental dos cursos de graduação em Arquivologia. Trata-se, portanto, de um movimento que ao mesmo tempo em que altera as bases da construção do conhecimento arquivístico, exige um repensar do ensino e da pesquisa. O avanço das pesquisas na área tem como produto a elaboração de um novo ou, pelo menos, de uma forma diferente de arcabouço de sustentação do ensino.

Procurar-se-á discutir, então, em que medida os resultados adquiridos com as pesquisas têm influenciado o ensino da Arquivologia no Brasil e, paralelamente, a busca de soluções dos problemas arquivísticos nas organizações contemporâneas. Pretende-se entender o momento de articulação entre os dois elementos: ensino e pesquisa.

Vivemos um bom momento na Arquivística no Brasil, talvez um dos melhores, e tenho nove motivos para sustentar esse otimismo.

1 – Há uma qualificação crescente dos profissionais de arquivo – Podemos afirmar que já temos um exército de egressos dos cursos de graduação em Arquivologia. Atualmente, contamos com 14 cursos superiores, nove deles concentrados nas regiões sul e sudeste. Onze pertencem a instituições federais e três a instituições estaduais. Podemos afirmar, então, que há uma distribuição desigual pelo território nacional. Poderíamos pensar no uso da educação a distância para formar profissionais nas regiões onde não existem cursos presenciais. Trata-se de uma operação extremamente complexa, apesar de possuímos tecnologia para isso. Entretanto, não consigo imaginar uma alternativa como essa fora de um

consórcio entre as atuais escolas de Arquivologia no Brasil. Há experiências em curso que poderiam servir como modelo: caso específico do ensino de Biologia.

2 – A demanda por esse tipo de profissional é crescente. Nos últimos anos vários concursos públicos foram realizados e muitos dos aprovados já estão em pleno exercício da profissão.

3 - Temos um quadro docente mais numeroso, mais diversificado, mais qualificado e com uma maior produção científica, apesar de apresentarmos ainda problemas de canais de discussão e de divulgação dos trabalhos produzidos na área e de uma convivência e de um relacionamento mais próximo e constante, que possibilite até a existência de projetos comuns.

4 – Os eventos estão ocorrendo com maior frequência. Desde 2004 foram realizados quatro grandes congressos;

5 – A mudança da natureza dos trabalhos apresentados nos eventos da área – É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas metodológicas e discussões conceituais.

Cabe aqui uma discussão sobre os relatos de experiência. Eles são fundamentais e devem ter um espaço reservado nos eventos e publicações científicas, mas se não há uma verticalização na análise dessas experiências, essas informações são perdidas e não colaboram para a construção do conhecimento, deixando que as práticas sejam dominadas pelo empirismo e pelo senso comum, isto é, uma Arquivística espontânea, onde a prática alimenta a própria prática. Os nossos colegas portugueses chegam a falar que nossa área é dominada por um empirismo eclético direcionado à integração das novidades tecnológicas no velho quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva e difusão de informação escrita. Há, inclusive, uma tendência a duvidar da possibilidade de se encontrarem bases científicas para o saber arquivístico.

6 – O Arquivo Nacional conseguiu, após um grande esforço, expandir seu espaço físico;

7 - Há uma crescente produção editorial, facilitada pela reativação de publicações periódicas e pela criação de novos canais de divulgação, como as revistas eletrônicas. E aqui vale a pena registrar o esforço feito pela Associação dos Arquivistas de São Paulo na publicação de trabalhos sobre temas importantes para a área;

8 – Um aumento significativo de pesquisas. É possível verificar uma maior produção científica advinda, basicamente, das universidades, resultado das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e nos projetos de iniciação científica. Esta última situação foi percebida por Fonseca (2005), que em um auspicioso trabalho apontou um aumento regular, a partir de 1992, na produção de teses e dissertações com temática arquivística.

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Começa a se formar no país a tradição da pesquisa na área.

Defendemos, portanto, que a criação dos cursos de Arquivologia teve uma participação fundamental nessa transformação.

9 – Há claros avanços na situação arquivística do país – Uso como exemplo um tema que tenho trabalhado nesses últimos anos: a classificação de documentos e informações de arquivo. Em 1989, o Arquivo Nacional realizou um grande trabalho de pesquisa sobre a situação dos arquivos dos órgãos públicos federais sediados em Brasília e no Rio de Janeiro, que deu origem ao Cadastro Nacional de Arquivos Federais, publicado em 1990.

Nos resultados obtidos com essa pesquisa constatou-se que apenas 13% dos órgãos sediados no Rio de Janeiro e 27% em Brasília tinham planos de classificação. Em 2005 iniciei uma pesquisa, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e que contou com a participação de três alunos do Curso de Arquivologia da UnB, para saber qual era o nível de utilização do Código de Classificação de Documentos de Arquivo: atividade-meio, que foi elaborado pela Câmara Técnica de Classificação, do Conselho Nacional de Arquivos, e que se transformou na Resolução nº 4, de 1996. O universo da pesquisa foi os 23 ministérios instalados em Brasília. Conseguimos coletar informações em 22 deles.

Constatamos que todos os responsáveis pelas unidades de arquivo desses

ministérios tinham conhecimento sobre o instrumento e que 14, isto é, 64% dos órgãos utilizavam o Código de Classificação.

Quanto às dificuldades em aplicar o código, a maioria (86%) afirmou possuir dúvidas na aplicação, enquanto que somente 14% não tiveram dificuldade em utilizar o instrumento.

Perguntados se o código reflete as atividades-meio desenvolvidas atualmente, 37% responderam negativamente e justificaram que o código está desatualizado, há rotinas extintas e atividades novas não contempladas.

Sobre a existência do Código de Classificação de Documentos para a Atividade-Fim, 71% dos 14 ministérios que aplicam o código atividade-meio, declararam possuir.

A partir desses dados, podemos afirmar que, apesar de trabalharem com universos diferentes, houve, sem dúvida nenhuma, uma melhoria significativa. Entretanto, aponta, também, para uma dificuldade no entendimento do código de classificação e a necessidade de atualização desse instrumento.

Não podemos deixar de mencionar um dado importante que a pesquisa revelou. Os dois ministérios que apresentaram a melhor situação arquivística tinham alguns elementos em comum: profissionais especializados, isto é, arquivistas; uma infraestrutura material; conhecimento técnico-científico; um gerenciamento adequado de todos esses recursos e uma política institucional de tratamento dos arquivos expressa em normas e procedimentos.

Esses nove elementos indicam que temos plenas condições de avançar nas políticas públicas de arquivo no Brasil, mas precisamos criar uma estratégia de envolver todos os atores na formulação, implementação e avaliação dessas políticas. E, nesse sentido, proponho que as universidades participem desse grande esforço e desse enorme desafio.

Como elas podem contribuir? Com pesquisas. Podemos pensar em estabelecer linhas de pesquisa para fundamentar as soluções para os problemas comuns identificados nos vários diagnósticos da situação arquivística brasileira. Dessa forma, faz parte de uma política pública definir áreas prioritárias de pesquisa e alocar recursos para isso.

Há muito trabalho a ser feito e muitos vazios que poderiam ser preenchidos com o concurso das universidades. Imagino, por exemplo, uma pesquisa que consiga estabelecer planos de classificação e tabelas de temporalidade referenciais para categorias de organizações. Será que, por exemplo, não poderíamos trabalhar com a idéia de um plano de classificação e de uma tabela de temporalidade referenciais para órgãos, empresas, instituições com missão, funções e atividades semelhantes e regidas pelas mesmas leis e

normas e, portanto, acumulando tipologias documentais com as mesmas características.

É dentro desse contexto, que gostaria de tecer algumas considerações sobre os desafios da formação de arquivista no Brasil. Lembro-me, entretanto, que não tive a pretensão de fazer inferências a partir da sistematização de informações dos dez cursos de graduação em Arquivologia existentes atualmente no Brasil, mas de fazer considerações sobre o tema por meio da minha experiência no Curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade de Brasília, onde atuo desde 1993.

Desde a autorização dada, em 1972, pelo então Conselho Federal de Educação, às universidades brasileiras de poderem organizar programas de graduação em Arquivologia, a definição, em 1974, do currículo mínimo do curso e a criação, em 1977, do primeiro curso de graduação, percebemos uma profunda modificação nas bases que sustentaram o ensino e a pesquisa em Arquivologia no país. Vários elementos entraram em cena e têm provocado um avanço nos projetos político-pedagógicos dos cursos e, principalmente, na construção do conhecimento arquivístico no Brasil, podemos citar: as diretrizes curriculares, a sensível melhora na qualificação dos professores, a crescente percepção da sociedade sobre a importância do tratamento da informação e a banalização dos meios tecnológicos.

O fato de todos os cursos serem oferecidos por instituições públicas representa mais um desafio, pois enfrentamos sérios problemas decorrentes da falta de verbas para as universidades, tais como a carência de recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), de salas de aula e de laboratórios devidamente equipados, para falar apenas de alguns. Soma-se a isso, um aumento significativo no acesso ao ensino médio, o que pressiona as universidades públicas à oferta de mais vagas.

Podemos afirmar, então, que há uma distribuição desigual pelo território nacional. A região Norte e, em menor escala, a Nordeste estão, praticamente, sem oferta de arquivista para atender a demanda desse tipo de profissional. Em parte, o Curso de Especialização em Organização de Arquivos da Universidade de São Paulo tem suprido essa demanda. É claro que o número de profissionais qualificados é pequeno, pela distância e pelos custos que envolvem a realização desse curso por profissionais originários dessas regiões. A criação de cursos de Arquivologia nesses vazios territoriais esbarra, sem dúvida nenhuma, na pequena quantidade de profissionais qualificados e nas limitações das instituições federais de ensino superior.

Quanto à vinculação acadêmica, sete dos cursos existentes estão diretamente

ligados à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, o que nem sempre significou uma proximidade em termos de conteúdo dos cursos e um diálogo mais verticalizado, o que consideramos desejável.

Os cursos oferecem, aproximadamente, 500 vagas/ano. A forma de admissão é o vestibular. A Universidade de Brasília -UnB, entretanto, oferece 20 vagas por ano pelo Programa de Avaliação Seriada -PAS, que avalia os candidatos durante sua trajetória no ensino médio. O Programa de Avaliação Seriada tem sido um sucesso na Universidade de Brasília. E temos percebido, apesar de não haver nenhum estudo na UnB, que a qualidade desses alunos é invejável. Em geral, tiveram uma ótima formação de base, com hábitos de leitura e de discussão, com bom senso crítico e abertos ao conhecimento.

São alunos com 17, 18 anos de idade com pouquíssima ou nenhuma vivência nos ambientes privilegiados de existência do nosso objeto de trabalho, isto é, nas organizações públicas ou privadas. Situação que pode ser resolvida, em parte, pela realização de estágios, que é outro tema que procurarei abordar mais a frente.

Os cursos somam, aproximadamente, 2.500 alunos regularmente matriculados. Cabe ressaltar a presença significativa do aluno trabalhador, uma vez que boa parte dos cursos funciona no período noturno. Esse aluno trabalhador traz para sala de aula uma experiência interessante em termos de vivência dentro de uma organização pública ou privada, mas por outro lado ele tem grandes limitações para dedicação à universidade e para participar de atividades além das de ensino.

O número de docentes que se dedica às disciplinas específicas de Arquivologia ainda é pequeno. Temos, no total dos cursos, cerca de 60 professores, que, em geral, são especialistas, mestres e agora com uma presença significativa de doutores. Isso dá uma média de menos de sete professores por curso. Há uma relação de, aproximadamente, um professor para cada 33 alunos.

Apesar de alguns cursos estarem em processo de reforma curricular, eles ainda seguem o currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, em 1974, com exceção do curso da Universidade Federal do Espírito Santo que já adotou a flexibilização recomendada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nós, da Universidade de Brasília, estamos em processo de discussão da reforma curricular. E temos consciência que "as concepções de ensino de qualquer disciplina derivam

dos conceitos e das práticas acumuladas. Para ensinar é preciso haver o que ensinar, isto é, uma bibliografia, a produção constantemente renovada nos limites da área de conhecimento e, se for o caso, de uma práxis consolidada. Não é difícil ocorrer a defasagem entre o estado da arte de determinado campo e o seu ensino" (LOPES, 1996).

A imagem que me vem à cabeça hoje é que estamos tentando vestir uma roupa concebida nos anos de 1970 e fazendo alguns ajustes para parecer uma roupa do século XXI. Há limites para isso e, creio, que esse limite já chegou.

Tenho a impressão que nossos programas de formação de arquivista em nível superior não estão compatíveis com o estado da arte dessa disciplina do conhecimento humano. É claro que os programas de formação não podem ser tão flexíveis a ponto de acompanhar *pari passu* o desenvolvimento do conhecimento, há necessidade de certa estabilidade, mas, por outro lado, não podemos deixar permanecer essa grande defasagem existente hoje.

O modelo que fundamentou as matérias contidas no currículo mínimo dos cursos superiores de Arquivologia no Brasil está esgotado. Não temos mais condições de sustentar um programa de formação alicerçado no conceito das Três Idades, que, na verdade, não passa de uma estratégia de intervenção na realidade informacional das organizações. Estamos trabalhando no sentido de inverter essa lógica, partindo das funções arquivísticas para chegarmos às idades documentais.

Não temos, por exemplo, o que já existe em outros cursos, o TCC, isto é, o trabalho de conclusão do curso, que a experiência demonstra ser uma grande motivação para o desenvolvimento de pesquisa nos programas de pós-graduação. Como trazer para a formação de nossos alunos os avanços obtidos na Ciência da Informação, como os estudos relativos a usuários, à classificação, à análise documental, à terminologia, à tecnologia da informação?

Como é possível trabalharmos com classificação na Arquivística, uma função reconhecidamente matricial de todo que-fazer arquivístico, de forma tão promíscua, utilizando apenas os princípios de proveniência e da ordem original, sem levarmos em conta a Teoria da Classificação, por exemplo.

É possível chegarmos a pensar em um único curso de graduação em Ciência da Informação com habilitações em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? Estamos dispostos a essa discussão desde que haja um reconhecimento entre os interlocutores, pois só podemos pensar em diálogo quando os interlocutores se reconheçam como tal, e

haja, também, respeito às especificidades de cada objeto de trabalho. E o fato da maioria dos cursos de Arquivologia estarem em unidades acadêmicas próximas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia facilita esse debate e, inclusive, o motiva.

De alguma forma, a relação entre as três áreas, que não é muito clara na graduação, encontrou um espaço de realização na pós-graduação. Utilizo como justificativa para essa afirmação novamente o trabalho de Maria Odila Fonseca (2005), que percebeu uma expressiva concentração de teses e dissertações com temática arquivística em programas de pós-graduação na área de ciência da informação.

São questões que precisaremos responder nos próximos anos. O Departamento de Ciência da Informação e Documentação, da Universidade de Brasília, por uma solicitação do Reitor, criou o Curso de Museologia. Sabemos que há uma carência desse tipo de profissional em Brasília e no entorno da capital. Há muitos problemas a serem solucionados: problemas de estrutura física, de recursos humanos e, principalmente, no meu entendimento, da relação desse novo curso com os já existentes de Arquivologia e Biblioteconomia.

A aprovação da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, em 20 de dezembro de 1996, inaugura uma nova etapa para o ensino no país ao abrir caminho para modificações que já vinham sendo apontadas como necessárias nos fóruns de educadores e gestores educacionais.

A proposta central é substituir a lógica dos currículos mínimos por uma concepção mais flexível que possibilite novas formulações curriculares e concepções de ensino-aprendizagem mais dinâmicas, de forma a atender às demandas geradas pela sociedade contemporânea.

Nos documentos divulgados pelo Ministério da Educação, as competências gerais definidas individualmente para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são as mesmas e apontam para a formação de um profissional capaz de responder às demandas de seus contemporâneos de forma eficiente, de formular, executar e avaliar políticas, planos e projetos, e de desenvolver e utilizar novas tecnologias.

O que chama a atenção é o fato de que nas competências específicas, apenas a Biblioteconomia incorpora a informação como objeto de trabalho, desconhecendo o termo documento. Já as competências específicas dos cursos de Arquivologia e Museologia reafirmam o documento e o patrimônio como objetos e são omissas com relação ao objeto informação.

Agora que as instituições de ensino estão trabalhando de forma mais autônoma na definição dos conteúdos curriculares e das atividades complementares

que comporão os cursos de graduação, acreditamos ser necessário compartilhar opiniões sobre o tema e refletir com maior profundidade sobre o que nos parece ser uma contradição.

Além disso, entendemos que os conteúdos curriculares devem ser pensados de forma a garantir que os cursos de Arquivologia consigam uma identidade comum, a partir de um núcleo básico de conhecimentos constituído pelos 50% de carga horária préestabelecida, ao mesmo tempo em que um rol de disciplinas e atividades complementares deverá possibilitar a formação diferenciada de cada aluno.

No entanto, relembando o cenário de instabilidade no qual o ensino público superior insere-se atualmente, é de suma importância que essa flexibilidade resulte em acréscimo de qualidade em todos os cursos e que os saberes externos à universidade, que venham a ser incorporados aos cursos, atendam, efetivamente, à diversidade das demandas sociais e às vocações específicas, e não à falta de condição das universidades em prover seus cursos de conteúdos correlatos, de outros saberes presentes no próprio ambiente acadêmico, também importantes para a formação do profissional humanista que pretendemos formar.

Outra questão fundamental vinculada ao ensino é o lugar que deve assumir a prática e a vinculação que esta deve ter com a teoria. Há uma tendência, inclusive, de se duvidar da possibilidade de encontrarmos bases científicas para o saber arquivístico. Os argumentos incidem sobre o fato de estarmos perante uma prática multissecular que dispensa fundamentação teórica especial. Segundo este ponto de vista, os modelos estão criados e será na experiência, na intuição e no bom senso que se encontrarão as soluções adequadas para enfrentar a realidade.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre esses dois aspectos, que considero importantes para o processo de definição do caminho que devemos traçar para formação de profissionais capazes de enfrentar as dificuldades geradas por nosso objeto de estudo e de trabalho.

É consenso para a maioria dos autores da nossa área a importância da prática. Entretanto, a prática, apesar de sua autonomia, não fala por si mesma, isto é, não é diretamente teórica. A busca da compreensão da prática apenas como prática, separada da teoria, leva-nos a certo pragmatismo e distorce o caráter de ação consciente e ação refletida impossibilitando-nos de alcançar a síntese, que é o

elemento fundamental do pensamento e o que atribui o caráter de concreticidade. Mas um acento maior na teoria e a separação da prática levam-nos ao estágio da abstração ou contemplação.

A prática evidência, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem. As exigências da prática contemporânea constituem uma importante fonte de desenvolvimento da teoria. Isto pode ser observado na própria evolução da teoria arquivística. O Conceito das Três Idades e de Gestão de Documentos, fundamentos da Arquivística contemporânea, foram elaborados a partir de problemas práticos que surgiram com a expansão das atividades do Estado. Assim como acredito que a disseminação das novas tecnologias, enquanto novos suportes documentais e novas possibilidades de acesso à informação, estão exigindo e exigirão novos pressupostos teóricos.

Temos que encontrar o instante de vinculação entre a teoria e a prática. A Arquivística é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos sob uma experimentação e um contato com a prática.

A prática deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, recriar e, sobretudo, inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

Além das disciplinas em sala de aula, o trabalho pedagógico tem, também, um local privilegiado para os alunos, que é o estágio curricular e o extracurricular.

A formação do aluno de Arquivologia não pode prescindir do aprendizado em situações reais. Neste aspecto, a universidade, mesmo que queira, não conseguirá criar laboratórios para reproduzir esse espaço. Dessa forma, torna-se vital uma relação com outras instituições. Entretanto, as experiências demonstram que há um hiato entre os interesses da universidade e da instituição que proporciona o exercício da profissão.

O estágio deve estar assentado em um tripé: o que-fazer próprio da disciplina; a vivência em um ambiente de trabalho (relações interpessoais, atividades em grupo etc.); a orientação.

Não podemos esquecer que o local de estágio deve proporcionar ao aluno situações onde possam ser desenvolvidas as importantes atividades de classificação, avaliação e descrição. Mas o agir profissional não pode ser reduzido ao processamento

técnico próprio da disciplina. Os alunos, em sua formação, precisam vivenciar a prática profissional em toda a sua amplitude.

Dessa forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele propicia ao aluno um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício prático, entretanto, deve ser apoiado na orientação enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Outro movimento importante que estamos presenciando e que tem trazido uma grande contribuição é a iniciação científica. E nesse caso, não podemos esquecer do papel fundamental do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, patrocinado pelo CNPq.

O objetivo específico é o de "proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa".

Aqui eu me valho de um trabalho muito rico em informações que foi apresentado no Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos do Jordão, pela professora Georgete Medleg Rodrigues e por Angélica Alves da Cunha Marques do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade de Brasília. (RODRIGUES; MARQUES, 2005).

As autoras chamaram a atenção para dois fatores limitantes para um maior número de projetos de iniciação científica:

- 1 - as restrições impostas pela resolução do CNPq que permite a orientação desses projetos apenas aos doutores;

- 2 - o funcionamento dos cursos de Arquivologia no período noturno.

Na pesquisa feita pela professora Georgete Medleg Rodrigues e por Angélica Marques, foi identificado que dos quase 60 professores que atuam nos cursos de graduação em Arquivologia apenas 14 trabalham em programas de pós-graduação, isto é, menos de 25%. (RODRIGUES; MARQUES, 2005).

É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas

de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas metodológicas e discussões conceituais. Defendemos, portanto, que a criação dos cursos de Arquivologia teve uma participação fundamental nessa transformação.

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Isso propiciou a emergência de uma "cultura de pesquisa" na área. De fato, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de "dinheiro e cérebros", mas "exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu esplendor". (RODRIGUES; MARQUES, 2005).

Gostaria de dizer, ainda, que sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem racionalidade científica. Nós temos que aprender que nos campos da atividade humana, como é o caso da Arquivística, o progresso resulta do desenvolvimento dos conhecimentos e é impossível imaginar esse desenvolvimento sem o aporte da pesquisa.

A mudança do eixo de construção do conhecimento arquivístico tem uma contribuição fundamental dos cursos de graduação em Arquivologia. O avanço das pesquisas na área tem como produto a elaboração de um novo ou, pelo menos, de uma forma diferente de arcabouço de sustentação do ensino. Precisamos discutir em que medida os resultados adquiridos com as pesquisas e com os projetos de extensão têm influenciado o ensino de Arquivologia no Brasil e, paralelamente, a busca de soluções dos problemas arquivísticos nas organizações contemporâneas. É na articulação desses três elementos (ensino, pesquisa e extensão) que se encontram as respostas para muitos dos questionamentos feitos nessa comunicação.

Não podemos deixar de esclarecer que o profissional de arquivo é sujeito de toda essa construção. Mas é impossível vencer os grandes desafios impostos pela realidade arquivística nacional a partir de um profissional pragmático, que apenas busca informações para agir na realidade.

Apesar das diretrizes curriculares, a matriz utilizada para a formação de arquivista no Brasil ainda é aquela estabelecida pelo currículo mínimo, que foi preparado dentro de um arcabouço da década de 1970, precisamos superar os limites impostos por essa situação para formar profissionais que compreendam o trâmite dos documentos da fase administrativa até a eliminação ou arquivamento permanente. E afinados com os desafios impostos pelas mudanças implementadas pelas novas tecnologias e com o entendimento de que a atividade

arquivística é essencialmente intelectual e não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas previamente elaboradas, como receitas. Tudo isso fundamentado nos conhecimentos da própria Arquivística, da Informática, da Diplomática e da História. E mantendo em todos os momentos do trabalho pedagógico a unidade entre a prática e a teoria.

A formação profissional do arquivista deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela tem de se desvencilhar da influência positivista, que definiu as coordenadas de nossa cultura e que banuiu a relação entre o saber e os pressupostos da elaboração desse saber. Entendemos que a formação profissional deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, inovar e, sobretudo, recriar. Os verbos mais utilizados nesse paradigma de trabalho pedagógico devem ser: questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar.

Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Maria Izabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1994.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF, 1996.
- LOPES, Luis Carlos. A quadratura do círculo: a Arquivística para o século XXI. **Arquivo & Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 2, nov. 1994.
- OLIVEIRA, Eliane Braga; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O ensino superior de Arquivologia no Brasil. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 48-51, 2002.
- PROGRAMA de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 19 abr. 2006.
- PROJETOS de extensão da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 19 abr. 2006.
- RODRIGUES, Georgete Medleg et. al. Ensino e produção do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: ARQS, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A iniciação à pesquisa em Arquivística. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. *Anais...* Campos do Jordão: ARQSP, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, mar. 2005.

SILVA, Armando Malheiro da et. al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.

REFERÊNCIAS

IMAGENS E DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS*

André Porto Ancona Lopez

Doutor em História Social pela FFLCH/USP

Especialista em Arquivos pelo IEB-ECA/USP

Professor do Curso de Arquivologia do

Departamento de Ciência da Informação e

Documentação da Universidade de Brasília

apalopez@gmail.com

RESUMO

A reflexão tem como foco a questão da disponibilização arquivística de imagens, abordando, mais especificamente questões relativas às informações orgânicas. Não se trata, portanto, de um painel técnico sobre e aplicativos que permitem a recuperação de conteúdos de imagem. Pelo contrário, a idéia é analisar, a despeito da contínua criação, inovação e disponibilização de "ferramentas" para o gerenciamento de conteúdo, como a informação orgânica, oriunda dos contextos administrativos, deveria ser tratada. Também é necessário considerar o fenômeno da reciclagem de conteúdos imagéticos em outros documentos, como, por exemplo, uma cópia da mesma imagem, produzindo dois documentos distintos. Na maioria das vezes, a divulgação eletrônica desses documentos é desprovida de informação a respeito da organicidade arquivística.

Palavras-chave: *Documentos imagéticos de arquivo; Organicidade arquivística; Princípios arquivísticos; Descrição arquivística.*

Images and photographic documents in archives

Abstract

The reflection is focused to the issue of archival dissemination of images, more specifically developing themes related to organic information. It does not intend to be a technical panel

* Discussão aprimorada de trabalho apresentado na 8th Conference on Technical and Filed Related Problems of Traditional and Electronic Archiving, ocorrida em março de 2009 na Eslovênia. Alguns pontos foram ampliados a partir de debate realizado em palestra nossa dentro da série *Memória & Informação*, promovida pela Casa de Rui Barbosa, no mesmo ano.

about programs of image content retrieval. On the contrary, the idea is to analyze, despite of the continuous creation, innovation and propagation of content management tools, how the organic information, which comes from administrative contexts, should be treated. It is also necessary to consider the phenomenon of recycling image content on different documents, as for example, a copy of the same image, producing two diverse records. On most of the times the electronic dissemination of those documents is devoid of any information related to their archival bond.

Keywords: *Archival image documents; Archival bond; Archival principles; Archival description.*

Nos arquivos, a maior ocorrência de documentos imagéticos¹ é a de materiais fotográficos. Antes da invenção da fotografia, na primeira metade do século XIX, a ocorrência de documentos imagéticos era bastante restrita nos arquivos e constituída, geralmente, de mapas, croquis e esboços eventuais. A inclusão de documentos fotográficos nos arquivos ocorreu em um momento posterior à ampla difusão desta técnica na em amplos setores da sociedade². A fotografia demorou a ser encarada como um recurso para a produção de documentos administrativos. Hoje, com a disseminação de tecnologias digitais de captura, armazenamento e difusão de imagens (com ou sem som, estáticas ou em movimento), as questões ligadas às particularidades técnicas das tecnologias se transformam, porém não a gestão dos documentos em si, posto que o problema geral permanece atual.

O descompasso entre a difusão da fotografia e sua plena incorporação às práticas administrativas³ provocou uma valorização do registro fotográfico como imagem, em detrimento de seu papel enquanto documento; isto é, grande importância é atribuída à cena retratada e à técnica de execução, ao passo que não há uma preocupação com a contextualização arquivística do documento no âmbito das atividades de seu produtor. Ocorreu a construção de um consenso equivocado a respeito da força elocutória da imagem fotográfica, que falaria por si mesma. Hoje esse ponto ganha contornos mais

¹ Preferimos adotar o termo "imagético" para designar os conteúdos expressos por imagens. Entendemos que o tradicional "iconográfico", por sua etimologia, restringe as manifestações de imagens aos ícones passíveis de serem decodificados através de um sistema de representação dos significados, a leitura. Nem todas as imagens são icônicas, ou somente icônicas e nem todas as imagens são passíveis de serem "lidas". Um detalhamento, instrumental, dessa discussão pode ser visto em Lopez (2000).

² Aline Lacerda (2008) traça um excelente quadro retrospectivo sobre a incorporação dos documentos fotográficos nos arquivos.

³ O mesmo trabalho de Aline Lacerda (2008) também historiciza a utilização das técnicas fotográficas nas atividades administrativas.

abrangentes com a criação de um instrumental técnico voltado para sistematizar e gerenciar os conteúdos da imagem.

As soluções apresentadas para o tratamento de material arquivístico imagético passam ao largo do âmago da questão. Genericamente, o documento é definido como qualquer informação fixada em um suporte, porém o documento de arquivo é um documento produzido por uma vontade administrativa e, na organização deste material, o mais importante é identificar essa vontade, ou seja: o contexto de produção. Para isso, é preciso saber: "quem", "quando", "como" e, principalmente, o "porquê" da produção arquivística dos documentos. O documento de arquivo é, antes de tudo, uma prova de que determinadas ações administrativas foram realizadas, mesmo que ele venha a se configurar posteriormente como registro cultural, histórico, e/ou social. A organização e a disponibilização de um documento de arquivo devem revelar a origem de sua criação administrativa e os vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis por sua existência. O conceito de arquivo demanda ainda uma ação feita deliberadamente com o intuito de preservar os documentos após o cumprimento das atividades para as quais foram criados, como prova de tais atividades.

Os arquivos contemporâneos caracterizam-se pelo grande volume de documentos e pela coexistência de diversos suportes de informação. Ao lado do suporte tradicional, o papel, surgem filmes, fitas magnéticas, discos óticos e uma vasta gama de novas tecnologias que surgem a cada dia. Novos tipos documentais começam a ser agregados aos arquivos contemporâneos, expandindo o conceito de documento. A tendência é que tais arquivos tenham grande volume de documentos, com fracionamento dos procedimentos de registro, e estão propensos, por esse motivo, à perda de informação contextual. Na Internet o problema é agudizado, dado que é uma área de reciclagem de informação, por excelência. Em tal ambiente os documentos imagéticos costumam ter ampliada a frequência de reprodução visual de sua informação para novas finalidades, gerando novos registros, desprovidos de dados sobre tal transformação. Essa prática estimula a multiplicação de manifestações imagéticas de um mesmo conteúdo, pasteurizando os diferentes contextos e documentos. O exemplo a seguir ilustra a importância da contextualização arquivística para a compreensão plena do documento⁴:

⁴ Exemplo extraído de Lopez (2009).

o episódio denominado “Queda de Saigon” (atual cidade de Ho-Chi-Min), em 29 de abril de 1975. A imagem supostamente representa cidadãos estadunidenses embarcando em um helicóptero, pousado no teto da embaixada daquele país, a ponto de decolar naquele que seria conhecido como o “último vôo” (ou, em uma acepção mais ideologicamente marcada, como o “vôo da liberdade”). Entretanto, na efeméride de 25 anos do fato, revelou-se que o edifício não poderia ser a embaixada, que a maioria das pessoas era vietnamita e que o helicóptero era de um tipo bem diferente daqueles utilizados pelas forças da retirada.

A capacidade da imagem de se descolar do contexto original, aliada à sobrevalorização de seus conteúdos, gera problemas quanto à definição e identificação apropriada do documento imagético. A situação agrava-se com a crescente disseminação de técnicas de reprodução de imagens. O próprio atributo de “espelho do real” (ainda que relativizado posteriormente⁶) é posto em dúvida quando a reprodução e/ou reciclagens de imagens fotográficas altera uma dada representação do “real”. Abre-se a brecha para a confusão entre veracidade e autenticidade. A veracidade diz respeito à qualidade das informações do documento. A autenticidade, para os arquivos, diz respeito ao processo de geração do documento. Em um documento imagético considerado isoladamente, a veracidade tende a ser confundida com a autenticidade da imagem, posto que não haverá dados para determinar o contexto do documento, sendo impossível estabelecer a autenticidade. Quando inserimos o documento dentro da organicidade de seu produtor institucional — ao invés de considerar a imagem isolada — a veracidade separa-se completamente da autenticidade.

Voltando ao exemplo, podemos dizer que para o arquivo pessoal do fotógrafo, a imagem é um registro de suas atividades profissionais durante a Guerra do Vietnã e representa uma cena em particular. Para Van Es, que é o titular arquivístico, o registro é tanto autêntico como verídico. Para a agência de notícias é outro documento, com o mesmo conteúdo interno, porém relacionado à atividade de difusão de notícias sobre a guerra. Apesar da identificação errônea da cena representada, esse segundo documento, para a agência de notícias, também é autêntico; nesse sentido, a veracidade não tem importância. Ela apenas terá relevo na relação entre a comunicação da agência noticiosa com seu público.

⁶ Philippe Dubois (1994) faz um interessante histórico sobre a questão do realismo na fotografia, analisando três momentos: a fotografia como espelho do real, como transformação do real e como traço do real.

Porém tal relevância não se constitui como um objeto de trabalho dos arquivos.

Os dois exemplos que se seguem indicam como a identificação do significado de uma imagem somente pelo conteúdo, por meio apenas de seus elementos visuais, pode ser dúbia. Para a publicidade e para o entretenimento tal dubiedade, muitas vezes, pode ser tanto intencional como positiva, ou algo a ser dirimido com uma legenda e/ou texto explicativo. Nos arquivos, tal ambiguidade não pode ter lugar. O único modo de compreender o significado do documento é recuperar as finalidades que o criador teve para gerar e registrar, além de conhecer as razões da guarda do documento como arquivístico. Uma imagem isolada, geralmente, não apresenta nenhum elemento contextual no próprio documento, intensificando a problemática.

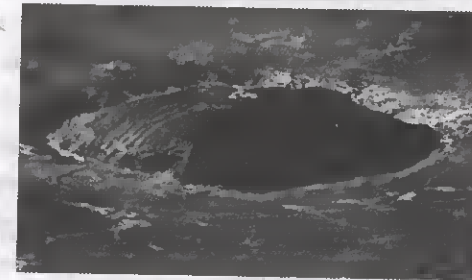


Figura 3: Epic landscape formations.

Fonte: ELEMENTAL 'earth art', 15: http://3.bp.blogspot.com/_brIyg5OdFyg/Sou_Sjm74xI/AAAAAASK4/atJdaNxmCjc/s400/11.jpg



Figura 4. Participante da procissão da Semana Santa em Sevilla (Espanha).

Fonte: Fernández Durán et al. (1992, p.107).

O primeiro exemplo retrata uma grande cratera feita por um meteoro. Sem informações externas é muito difícil saber que:

- a) é um buraco e não uma elevação;
- b) a imagem está de ponta-cabeça.

Para a figura 4 a maioria dos observadores poderia dizer que a cena refere-se ao movimento racista estadunidense Ku-Klux-Klan. Na verdade, a fotografia representa uma manifestação católica em Sevilla (Espanha). Para as finalidades arquivísticas, entretanto, tal informação ainda não é suficiente: é necessário, sobretudo, conhecer quem é o produtor arquivístico do documento, por que esse criador produziu tal registro e por que o preservou.

A correta identificação do conteúdo é tão somente um possível ponto de partida. É preciso identificar antes a gênese administrativa dos documentos de arquivo. Sem ela, a própria compreensão do conteúdo pode ficar comprometida. A contextualização arquivística é, muitas vezes, a única alternativa para a compreensão de documentos

imagéticos dúbios ou imagens com efeitos de ilusão intencionais, como, por exemplo, o uso de falsa perspectiva. O contexto, dada a polissemia da imagem, é muitas vezes o único elemento capaz de direcionar a correta atribuição de significado para um dado documento. A resolução do problema aponta para o contraste existente entre os dois modelos principais para a organização de imagens fotográficas nos arquivos: por conteúdo (mais utilizado e de inspiração biblioteconômica); e pelo contexto (mais adequado aos arquivos).

A abordagem conteúdística tem a base teórica fundada nos princípios da biblioteconomia e da Ciência da Informação, priorizando a recuperação da informação visual presente na imagem, estando mais ligadas à gestão de informações do que à gestão de documentos. Costumam apresentar critérios de ordenação como sinônimos de classificação, visando a identificação individual (item por item) das imagens (não dos documentos). Geralmente utilizam instrumental advindo da biblioteconomia, como AACR2, unitermos, MARC, tesouros, entre outros. Tendem a agrupar os documentos fotográficos como uma única série (ou classe, ou mesmo uma coleção à parte), tendo como referência os interesses de pesquisa de um grupo e as necessidades das técnicas para a preservação dos suportes, relegando não as atividades do contexto gerador.

A abordagem contextual tem a base teórica nos fundamentos da Arquivologia e está mais ligada à gestão de documentos, ao procurar levar em consideração a recuperação de conjuntos documentais pelas funções e atividades administrativas que os geraram. Deste modo, um mesmo fundo arquivístico pode ter séries diferentes compostas por documentos fotográficos. Na abordagem contextual, a classificação (ou arranjo) do fundo vem em primeiro lugar e é a condição *sine qua non* para que as atividades arquivísticas de descrição e recuperação de informação possam ocorrer. Por conseguinte, as ferramentas de recuperação biblioteconômicas são utilizadas somente em um segundo momento, como um complemento, nos casos em que a descrição por conteúdo é requerida. Quando a organicidade é levada em consideração, o documento fotográfico deixa de ser visto como um "arquivo especial".

Em linhas gerais, a diferença básica entre tais linhas de atuação reside na necessária distinção entre gestão de documentos de arquivo e gestão da informação. A gestão documental recai sobre os documentos arquivisticamente contextualizados, enquanto a gestão de informações concentra-se no conteúdo imagético dos documentos. Elas não são excludentes entre si. A gestão de informações isolada tem pouca valia quanto aos aspectos probatórios dos documentos. O conteúdo informativo do documento pode se

distanciar completamente do contexto de produção, como vimos no exemplo da DOPS/PR, seja ele imagético ou textual. No arquivo, portanto, é possível que documentos absolutamente distintos tenham o mesmo conteúdo.

Infelizmente, no Brasil há ainda uma forte tradição de realizar a exaustiva descrição dos conteúdos de imagens individualizadas antes (ou no lugar) da elaboração de um plano de classificação⁷. Muitas vezes, esse estado de coisas também é impulsionado pela ausência de políticas de preservação, o que obriga as instituições a separarem fisicamente o material fotográfico do restante do acervo antes de sua classificação. A imagem, como elemento integrante de outros documentos, não pode ter sua classificação dissociada; nestes casos, a imagem não existe enquanto unidade documental. O que pode — e deve — ser feito é tão-somente a separação física, devidamente referenciada, em função da conservação. A descrição arquivística, mesmo que feita em um nível de minúcia individualizada, deverá contemplar o documento como um todo, em cujo conteúdo a imagem constitui apenas parte da informação. Isso não exclui a possibilidade de uma referenciação parcial, baseada apenas no conteúdo das imagens, o que representaria uma atividade posterior à classificação arquivística — e complementar para a descrição documental —, inexistindo, na classificação, quaisquer procedimentos diferenciados quanto aos documentos imagéticos.

Ao referir-se à literatura arquivística voltada para a discussão do fenômeno da fotografia, Aline Lacerda (2008, p.20) vale-se do termo “aridez” para caracterizar a pouca quantidade de estudos. Seguindo tal metáfora poder-se-ia caracterizar como “desértica” a literatura arquivística relativa à fotografia em meio eletrônico. Os poucos estudos existentes ainda estão calcados em fotografias analógicas, cuja digitalização é feita em uma atividade de cópia (para fins de conservação) ou de reciclagem da informação (com a criação de um novo documento). Há uma falta de estudos mais sistematizados sobre os contornos que essa questão assume no documento que já nasce digital e tem seu acesso, divulgação e reciclagem integralmente no ambiente da *Web*. Não obstante, na essência, não há mudanças significativas; a não ser nos aspectos técnicos. Isto é a questão permanece a mesma, modificando-se, apenas, a abrangência do problema. Tal

⁷ Em manual de descrição arquivística (Lopez, 2002) defendemos que tal atividade deve estar voltada para a sistematização das informações relativas aos diversos conjuntos documentais de um arquivo e das inter-relações destes com os respectivos documentos. Descrição arquivística, em tal acepção, refere-se à descrição da classificação do fundo e não dos conteúdos documentais.

idéia carece de estudos mais sistematizados, também relação aos documentos textuais. Alguns autores têm caminhado nesta direção, como, por exemplo, as diferentes fases do *Projeto Interpares*. Como modo de possibilitar a permanência da informação orgânica nos documentos imagéticos que já nascem digitais, alguns estudos vêm propondo a inserção, já no momento da criação do documento, de metadados específicos⁸. O problema é que nos procedimentos mais populares de reciclagem (“recortar e colar”, por exemplo) não há garantias de permanência de tais metadados⁹.

Em síntese, propomos que o documento imagético de arquivo seja, na prática, tratado como documento de arquivo, como defende Teresa Muñoz Benavente (1997), no célebre manual de arquivos fotográficos, “o tratamento arquivístico aplicado às fotografias não difere, em termos gerais, daquele recebido pelo restante dos documentos de um arquivo”. O importante nestas situações, independentemente da opção eleita para descrição, é o fato de tal atividade estar sempre direcionada pela classificação arquivística¹⁰. Deste modo, propostas de metodologias descritivas podem ser elaboradas em função da maior ou menor organicidade dos documentos. Os sistemas descritivos por assuntos — desde os mais simples aos mais complexos — só deveriam ser utilizados na organização quando não for mais possível recompor o contexto criador. Os princípios arquivísticos, em muitas circunstâncias, são a única maneira de garantir que o arquivo cumpra sua principal função, a finalidade de sua existência: ser prova de uma ação. Deste modo, a organização arquivística não pode ser negligenciada em nome da construção de tesouros ou mecanismos de busca eletrônica, embasados somente em conteúdos da imagem. Tais instrumentos são essenciais, porém devem ser utilizados como complementares à contextualização arquivística.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Edna de Souza; LOPEZ, André Porto Ancona. Influência da gestão arquivística na implantação do fluxo de trabalho digital na TV Senado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia. *Anais eletrônicos*. Goiânia: Associação de Arquivologia

⁸ Ver, por exemplo, as pesquisas de Rosa Vasconcelos (2009) e Edna Carvalho (2008).

⁹ De modo complementar, defendemos anteriormente (Lopez, 2004) que somente a manutenção dos princípios arquivísticos poderá garantir a permanência das características básicas dos documentos de arquivo, garantindo que eles possam exercer plenamente seu valor probatório.

¹⁰ Em publicação internacional sobre imagens, discutimos (Lopez, 2005) com profundidade a necessidade de que a classificação arquivística seja considerada uma atividade prévia à descrição arquivística.

do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: <http://www.aag.org.br/anaisxvcbal/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/ednaandre.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

DIGIFOTO: mapeamento e digitalização de documentos fotográficos de Maringá e Região. Brasília: UnB; Maringá: UEM, 2006. Banco de dados em Microsoft Access.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994. (Ofício da Arte e Forma).

ELEMENTAL 'Earth Art': 15 Epic Landscape Formations. In: WORLD of mysteries: world of facts. 19 ago. 2009. Disponível em: <http://worldmysteries9.blogspot.com/2009_08_01_archive.html>. Acesso em: 01 out. 2009.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia (SP): Ateliê, 1999.

LACERDA, Aline. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à Febre Amarela no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. La clasificación archivística como actividad previa para la descripción de documentos imagéticos. In: AGUAYO, Fernando; ROCCA, Lourdes (Org.). **Imágenes e investigación social**. Mexico, DF: Instituto Mora, 2005. (Historia social y cultural).

_____. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: AESP/IMESP, 2002. (Projeto Como Fazer, 6). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesptexto_pdf_15_Como%20descrever%20documentos%20de%20arquivo_elaboracao%20de%20instrumentos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

_____. Photographic document as image archival document. In: TEHNIČNI IN VSEBINSKI PROBLEMI KLASIČNEGA IN ELEKTRONSKEGA ARHIVIRANJA: referatov dopolnilnega izobraževanja s področij arhivistike, dokumentalistike in informatike v Radencih, 8., Maribor, 2009. **Tehnični in vsebinski Problemi ...** Maribor: Pokrajinski Arhiv Maribor, 2009. p. 362-272. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15796/>>. Acesso em: 12 set. 2009.

_____. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 2, p. 70-85, 2004.

_____. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15797/>>. Acesso em: 12 set. 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona; PENTEADO, Matheus; NASCIMENTO, Luiz Miguel. Norte do Paraná Sob vigilância: mapeamento e digitalização de fotografias produzidas pela DOPS-PR referentes à região Norte do Estado. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 13, p.109-123, maio 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ucep.br/index.php?journal=rhr&page=article&top=view&path%5B%5D=369>>. Acesso em: 29 set. 2009.

MUÑOZ BENAVENTE, Teresa. El patrimonio fotográfico: la fotografía en los archivos. In: MANUAL para el uso de archivos fotográficos: fuentes para la investigación y pautas de conservación de fondos documentales fotográficos. Santander: Universidad de Cantabria; Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, 1997. p. 37-69.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico**. Trad. Eleonora Bottmann. Campinas: Papirus, 1996.

VAN ES, Hugh. The fall of Saigon. In: THE NEW York Times on the web – Specials: the fall of Saigon. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/learning/general/specials/saigon/110599saigon-pix.5.html>>. Acesso em: 19 jul. 2000.

VASCONCELOS, Rosa Maria Gonçalves. **Análise tipológica dos registros videográficos - máster das sessões plenárias do Senado Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação do CID-UNB, Brasília, 2009.



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**